

**ANAIS DO III
CONGRESSO ONLINE DE
RESISTÊNCIA LGBTI+
"ELEIÇÕES 2022: SE
FERE NOSSA
EXISTÊNCIA, SEREMOS
RESISTÊNCIA"**



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Congresso Online de Resistência LGBTI+ (3. : 2022)

Anais do III Congresso Online de Resistência LGBTI+:
Eleições 2022: se fere nossa existência, seremos
resistência / Isabel Ceccon Iantas, Kleire Anny Pires de
Souza (organizadoras); [vários autores]. – COR LGBTI+,
2023.

1 recurso on-line : PDF.

Endereço eletrônico: <https://corlgbti.wordpress.com>

ISBN: 978-65-00-65626-8.

1. Pessoas LGBTQ+ – Congressos. I. Iantas, Isabel
Ceccon. II. Souza, Kleire Anny Pires de.

Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior – CRB-9/1626

**ANAIS DO III CONGRESSO ONLINE DE RESISTÊNCIA LGBTI+
ELEIÇÕES 2022 - SE FERE NOSSA EXISTÊNCIA, SEREMOS RESISTÊNCIA**

Promoção

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Com apoio de diversas universidades e organizações.

Organização

Isabel Ceccon Iantas

Kleire Anny Pires de Souza

Capa

Matheus Guimarães Costa

Comissão Científica

Adriano Carlos Nunes Fernandes

Alcimar Silva de Queiroz

Alessandro Cerqueira

Cleiton Zóia Münchow

Crispulo Travieso Rodríguez

Eduardo Lima

Ewerton da Silva Ferreira

Fernando Firmino Messias

Isabel Ceccon Iantas

Jean Santana

José Antonio Frías

Leandro Franklin Gorsdorf

Milena Manhães Rodrigues

Péricles de Souza Macedo

Raphael Andrade

Renato de Oliveira dos Santos

Romulo Rother Gil

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

William Paranhos

**ANAIS DO III CONGRESSO ONLINE
DE RESISTÊNCIA LGBTI+:
ELEIÇÕES 2022 - SE FERE NOSSA EXISTÊNCIA, SEREMOS RESISTÊNCIA**

Este trabalho é reflexo do evento realizado nos dias 19 a 23 de setembro de 2022,
virtualmente, organizado pelo grupo COR LGBTI+.



COR LGBTI+

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as dos organizadores e da comissão científica.

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
ARTIGOS	9
A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: COMO A LGBTFOBIA SE INSERE NO AMBIENTE ESCOLAR	10
Jean Carlo de Carvalho	10
CONSTRUINDO UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E PLURAL: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA QUEER	21
Raphael Andrade	21
William Roslindo Paranhos	21
Wezelley Campos França	21
ELEIÇÕES 2022: O QUE AS PROPOSTAS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS APRESENTAM SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?	26
Maurício João Vieira Filho	26
RESUMOS	33
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 1: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DAS HOMOSSEXUALIDADES, LESBIANIDADES E BISEXUALIDADES	34
Coordenação: Alessandro Cerqueira, José Antonio Frías e Crispulo Travieso Rodríguez	34
UM OUTRO OLHAR PARA O CHANACOMCHANA: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS PUBLICAÇÕES LÉSBICAS NO BRASIL	35
Kleire Anny Pires de Souza	35
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 2: CRISES DO CAPITALISMO, GUERRAS CULTURAIS E POLÍTICAS DO DESEJO: LEITURAS CRÍTICAS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	36
Coordenação: Alcimar Silva de Queiroz, Cleiton Zóia Münchow e Fernando Firmino Messias	36
DISPUTAS SOBRE O “CASO LOURIVAL”: MORTE E ESPERA NA PRODUÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE	37
Jow Oliveira Araujo	37
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 3: EDUCAR PARA A LIBERDADE: DESIGUALDADES, DIFERENÇAS, REPRESENTATIVIDADE E FORMAÇÃO CIDADÃ	39
Coordenação: William Paranhos e Raphael Andrade	39
A AUTOETNOGRAFIA COMO POTÊNCIA EDUCACIONAL E SOCIAL	40
William Roslindo Paranhos	40
Daniel Manzoni de Almeida	40
A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: COMO A LGBTFOBIA SE INSERE NO AMBIENTE ESCOLAR	42
Jean Carlo de Carvalho	42
NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS) COMO UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	44
Amanda Veloso Garcia	44

Patricia Manuela de Souza	44
Debora Augusto Franco	44
CONSTRUINDO UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E PLURAL: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA QUEER	46
Raphael Andrade	46
William Roslindo Paranhos	46
Wezelley Campos França	46
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 4: TURISMO LGBTQIAP+: PELO DIREITO À CIDADE, AO LAZER E HOSPITALIDADE	47
Coordenação: Renato de Oliveira dos Santos, Adriano Carlos Nunes Fernandes e Milena Manhães Rodrigues	47
FALOTURISMO: A DEMANDA PELO DESEJO E GOZO TURÍSTICO	48
Christopher Smith Bignardi Neves	48
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 5: (R)EXISTÊNCIAS LGBTQIA+: OUTRAS NARRATIVAS PARA ALÉM DA LGBTFOBIA	50
Coordenação: Jean Santana e Romulo Rother Gil	50
DE PRECONCEITO À DISCRIMINAÇÃO DESAFIOS DE ACTIVISMO LGBT EM MOÇAMBIQUE: ENTREVISTA COM ACTIVISTA FEMINISTA ROBERTO PAULO	51
Alberto João Nhamuche	51
Maria Manuel Baptista	51
Hélia Bracons Carneiro	51
SIGNOS DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+ NO MANIFESTO DE MOTHER MONSTER, NO VIDEOCLÍPE BORN THIS WAY DE LADY GAGA	52
Euclides Vieira de Sousa Filho	52
Eluiza Bortolotto Ghizzi	52
“E SE UMA BICHA TIVESSE INFÂNCIA, COMO SERIA?”	55
Rayane Ribas Martuchi	55
Amana Rocha Mattos	55
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 6: POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSECCIONALIDADES, GÊNERO E SEXUALIDADE	57
Coordenação: Ewerton da Silva Ferreira, Tiara Cristiana Pimentel dos Santos e Eduardo Lima	57
DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A EXCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ COM HIV/AIDS NO MERCADO DE TRABALHO	58
Frankarles Genes de Almeida e Sá	58
Francisca Gabriella Pereira Leal	58
ENTRE A UNIVERSALIZAÇÃO E A PREVENÇÃO EXISTE O DES (PreP) ARO: AS MULHERES, COMO FICAM?	60
Jeziel Silveira Silva	60
POR UMA NOVA ECONOMIA DOS CUIDADOS E REFORMULAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO EM TEMPOS DE CRISE	62
Luiza Wermelinger N. de Almeida	62
ELEIÇÕES 2022: O QUE AS PROPOSTAS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS APRESENTAM SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?	64
Maurício João Vieira Filho	64
GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 7: EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO: ENFRENTAMENTOS	

SÓCIO-JURÍDICOS PELOS DIREITOS LGBTQIA+	66
Coordenação: Leandro Franklin Gorsdorf, Péricles de Souza Macedo e Isabel Ceccon lantas	66
ENTRE O (NÃO)LEGISLADO E O DECIDIDO, A INSTABILIDADE	67
Edson Ferreira Alexandrino Junior	67
O ABANDONO AFETIVO DE PESSOAS LGBTQIANP+ E A REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS	69
Caio Cesar Martins Frazão	69
A UTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE FEMININA	71
Gleisson Roger de Paula Coêlho	71
ACESSO À JUSTIÇA DA POPULAÇÃO LGBTI+: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DEFENSORIA PÚBLICA	72
Kassia Hellen Martins	72

APRESENTAÇÃO

Este caderno de trabalhos é resultado dos debates e trocas nos Grupos de Trabalho do III Congresso Online de Resistência LGBTI+, série de encontros frutos da construção coletiva desde o início da pandemia de coronavírus no Brasil. A terceira edição do congresso discutiu e refletiu a respeito da realidade das pessoas LGBTI+ em todos os âmbitos da vida, seja em contexto público ou privado.

O III Congresso Online de Resistência LGBTI+ aconteceu nos dias 19 à 23 de setembro de 2022 e contou com o tema: *eleições 2022: se fere nossa existência, seremos resistência* para nortear os debates que compõem este caderno. Todos os trabalhos aqui presente foram apresentados no evento e também passaram por avaliação de pares.

Este caderno de trabalhos e o evento foi reflexo de participação coletiva nacional e internacional e só foi possível ser elaborado graças à participação de diversas pessoas em busca de conhecimento e de compartilhamento da ciência. O evento reflete também diretamente na formação de um espaço para novos pesquisadores que tem como tema a questão LGBTI+ independente de sua área de atuação e seja sua ciência acadêmica ou de vivências pessoais.

Por fim, a equipe agradece a todas(os) as(os) pesquisadoras(es) que tiraram seu tempo para se disponibilizarem a pensar de maneira conjunta a questão LGBTI+ e propuseram trabalho de excelência. E ao comitê técnico que também se empenhou para que a ética científica fosse mantida de modo que soma a construção da materialidade científica a respeito da condição dos esquecidos, silenciados, ampliando cada vez mais suas vozes.

Atenciosamente,
Equipe COR

ARTIGOS

A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: COMO A LGBTFOBIA SE INSERE NO AMBIENTE ESCOLAR

Jean Carlo de Carvalho¹

Resumo: neste artigo, objetiva-se trazer uma reflexão sobre a violência contra a comunidade LGBTQIA+ nas escolas brasileiras. Com base em uma abordagem bibliográfica, o trabalho procura mostrar que a escola, nada mais é que um reflexo da sociedade em menor escala, agindo sempre de acordo com o que se é transmitido fora do espaço escolar. Dessarte, as instituições de ensino se configuram em um dos espaços mais adversos contra os/as jovens LGBTQIA+, e cumprem um papel completamente inverso ao que lhes cabe, reproduzindo normas sociais pré-estabelecidas enquanto atuam como perpetuadoras das normas de gênero e sexualidade. Atenta-se ainda em apontar o espaço escolar como um dos mais privilegiados de transformação social, o qual apesar dos diversos pontos negativos, possui inúmeros aspectos demasiadamente positivos, já que detém o poder de indicar os caminhos para futuras mudanças de posturas e comportamentos que podem proporcionar transformações significativas a longo prazo, devendo ser altamente requisitado pela comunidade LGTQIA+ como localidade de amplo potencial crítico e educativo na busca de mudanças consideráveis dentro da sociedade. Desta forma, visa-se aqui investigar, organizar, atualizar e expandir o conhecimento acadêmico sobre a temática “LGBTFobia nas instituições escolares”, ressaltando a importância de se colocar discussões como essa nos meios acadêmicos, na busca de uma educação mais inclusiva e por consequência, uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: LGBTQIA+; escola; sociedade; LGBTFobia.

1. INTRODUÇÃO

Se tratando de uma instituição fundamental para a formação de uma sociedade mais justa, a escola, por estar inserida em determinado contexto social, acaba, ao contrário do papel que lhe cabe, perpetuando normas sociais pré-estabelecidas e atuando como uma grande “reprodutora e mantedora das normas de gênero e sexualidade” (FRANCO & CICILINI, 2015). Deste modo, ela converte-se em um dos espaços mais hostis contra jovens LGBTQIA+², que por destoarem dos princípios pré-determinados, são punidos de forma discriminatória e violenta. Logo, “a escola [...] lugar de conhecimento, mantém-se com relação a sexualidade como lugar do desconhecimento e da ignorância” (LOURO, 2007, p. 21).

Dessarte, convém lembrar que, na atual conjuntura política do estado Brasileiro, é possível constatar-se uma situação de crescente onda, do que se pode denominar por

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR, e-mail: Jcarvaho96@gmail.com.

² A sigla LGBTQIA+ é uma abreviação para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, intersexo, Assexuais, etc. Assim sendo optou-se por fazer-se usual o termo “LGBTFobia” ao longo deste trabalho, visando designar as especificidades de cada tipo de violência.

“neoconservadorismo”, que atinge de formas cada vez mais diretas à educação. E é por meio de projetos de Lei tais como o PL nº 867/2015, resultante do “Movimento Escola Sem Partido”, que o estado busca fiscalizar, controlar e desmerecer diversas questões vinculadas aos direitos humanos dentro do espaço escolar, entre as quais se inserem as discussões de gênero, cerceando a liberdade de expressão e promovendo a contenção da democracia.

É de extrema importância ressaltar, que o Brasil figura atualmente a lista dos países que mais cometem ataques contra as comunidade LGBTQIA+, ferindo intensamente os direitos humanos, acentuando também que o estado brasileiro age quase que com total indiferença ao tratar questões que priorizem esse segmento populacional.

Com base no descaso perante a população LGTQIA+, e as recorrentes tentativas de invisibiliza-la no espaço em que mais se deveria discutir a temática na busca pela promoção da igualdade, que o presente trabalho, tem como objetivo trazer pontos de reflexão sobre como a LGBTFobia se manifesta dentro do ambiente escolar, atingindo estudantes que não se enquadram nos padrões heteronormativos hegemônicos estabelecidos pela sociedade e as graves consequências que decorrem dos fatos levantados.

É importante salientar que a LGBTFobia, apesar de bastante evidente no contexto escolar, não tem origem neste espaço, frisando que a instituição acaba sendo imbuída de reproduzir e manter, como afirmam Franco e Cicilini (2015), às normas pregadas pela sociedade, configurando-se assim como local de “violência e repressão, pautando a homofobia, transfobia, lesbofobia entre outros discursos de ódio para com sujeitos que ‘fogem’ da norma reguladora” (SILVA, *et. al.*; 2015, p. 15). Diante disso, é cabível expor as contribuições de Molina e Figueiro (2010) de que a escola apenas age como um reflexo ativo da sociedade, e sendo assim ela tende a espelhar “todas as relações sociais, inclusive as práticas de discriminação” (FACCO, 2017, p.19).

Com suporte nas ideias aqui apresentadas, busca-se, através de uma abordagem bibliográfica, responder como a LGBTFobia se manifesta no espaço escolar, uma vez que o mesmo, como supracitado, deveria ser um amplo espaço para a construção de uma sociedade mais igualitária, apontando o que faz com que este ambiente, acabe agindo exatamente de forma contrária ao papel que lhe cabe socialmente.

2. BRASIL: UM PAÍS LGBTFÓBICO

Diferentemente de suas antecessoras, a Constituição Brasileira de 1988, é um marco para o reconhecimento dos direitos humanos no Brasil. Em seu artigo terceiro, fica evidente a sua busca em “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e

quaisquer outras formas de discriminação”. Contudo, a promulgação dessa constituição, não significou em momento algum que os direitos previstos por ela fossem garantidos, se podendo observar que vários grupos têm seus direitos feridos e sua dignidade humana ameaçada.

A problemática aqui apresentada, é o fato de que há, além da validade jurídica dada à questão dos direitos humanos, outra condição muito importante a ser considerada: os paradigmas e estereótipos existentes nas sociedades em que tais princípios serão contemplados. Em relação aos LGBT, os obstáculos encontrados, envolvem a dificuldade que a sociedade como um todo tem de aceitar e reconhecer que este grupo tem direitos assim como os demais.

Assim, tem-se em vista que a ideologia heteronormativa, de certa forma possui forte influência sobre a criação, interpretação e aplicação de leis, verificando-se no Brasil “um verdadeiro ‘LGBTcídio’ que embora não seja muitas vezes reconhecido, trata-se de uma afronta à dignidade humana” (JESUS, 2016, p. 157).

O antropólogo Luiz Mott (2017), afirma que o Brasil ocupa o topo do ranking dos países que mais cometem crimes contra minorias sexuais no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia, no Brasil “A cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da ‘LGBTfobia’” (GRUPO GAY BAHIA, 2017, p. 1). E ainda afirma que “matam-se muitíssimo mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente médio e África onde há pena de morte contra os LGBT” (MOTT; MICHELS, 2017). Desse modo, fica clara a afirmação feita por Butler, de que os LGBT’s são tratados na sociedade como “seres abjetos” ou “inumanos”, uma vez que ao mesmo tempo que o estado brasileiro alega defender o direito a vida de toda pessoa sem distinções quaisquer que sejam, como apontado na Declaração Universal do Direitos humanos, ele coloca de lado os assassinatos e crimes cometidos contra os LGBTQIA+ no país. De acordo com Luiz Elton Jesus:

[...] deve ser ressaltado que o LGBTcídio não está restrito somente à questão da vida, mas que envolve também outras “mortes” que se dão com o cerceio à população LGBT do acesso e usufruto de direitos básicos conquistados por toda a humanidade. Assim, se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988 estão previstos direitos como o de liberdade de ação, de expressão, de pensamento e de locomoção; se nesses documentos afirma-se que cabe ao Estado proteger os cidadãos e a defesa de que ninguém deve ter tratamento desumano e degradante; se também se afirma a inviolabilidade da casa, da honra e da vida privada das pessoas, além do princípio que norteia toda busca por direitos que é própria felicidade, observa-se que para a comunidade LGBT tais afirmações são mais parecidas com um conto de fadas, pois apresentam-se muito longe da realidade dessas pessoas (JESUS, 2016, p. 157).

Assim sendo pessoas não heterossexuais, acabam convivendo com o medo da violência, ou mesmo com o medo da intolerância, medo de serem excluídas, principalmente dentro das instituições sociais, palco da LGBTFobia na atualidade.

Esses indivíduos acabam muitas vezes se privando de expressar o que são, logo sendo impedidos do direito à liberdade de expressão e pensamento. Evidenciam-se nesse contexto, as pessoas Travestis e Transsexuais, que por possuir uma aparência “incompatível” com a heteronormativa, acabam sendo as que mais sofrem com a violência.

A cultura heteronormativa ainda, impulsionada por seguimentos midiáticos acaba ridicularizando essa população. Sendo frequentes além da violência física contra esse segmento da sociedade, a violência psicológica. Essa população é alvo de piadas, chacotas, apelidos e vários outros tipos de atos que são vistos muitas vezes como “inofensivos” ou “brincadeiras”, sucedendo-se uma naturalização dos atos LGBTfóbicos.

Outros direitos que ainda estão distantes da realidade LGBT seriam sucessivamente “A inviolabilidade da casa, da honra e da vida privada.” A procedência desse fato é o caso de que pessoas não heterossexuais (principalmente os assumidos com tais), quando fazem aquisição de um imóvel ou alugam um, sofrem com a discriminação, seja de locatários, ou mesmo da vizinhança, como caso que se sucedeu na cidade de Curitiba, em que um casal Gay foi alvo de homofobia, quando foram distribuídos panfletos homofóbicos para vizinhança da rua em que iriam morar³. Em relação a honra e a vida privada, como já citado, a ideologia heteronormativa acaba influenciando fortemente a efetivação de leis, fazendo alusão neste trabalho ao famigerado “Estatuto da Família”, que excluía a possibilidade de famílias serem formadas por casais homoafetivos. Conclui Jesus:

Tanto a morte de fato de pessoas LGBTs quanto as mortes psicológicas e sociais representam aquilo que chamamos de LGBTcídio e configuram um crime contra os direitos humanos em seus diversos princípios. Por isso, afirma-se que o fato de haver uma Declaração Universal de Direitos Humanos e uma Constituição Federal que abranja todos os cidadãos de determinado país não significa que os direitos humanos de pessoas LGBTs sejam assegurados e usufruídos (JESUS, 2017, p. 159).

Como pode se verificar, as/os LGBTQIA+ acabam enfrentando múltiplas dificuldades. Devido a estas, muitas vezes enfrentadas durante a infância, ou mesmo adolescência, muitos, por conta do alto índice de homofobia nas escolas, deixam de estudar,

³ Notícia sobre o casal Gay que foi alvo de ataques homofóbicos pela sua vizinhança após se mudar para um bairro da região: CARAZZAI, Estelita Hass. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1875628-casal-gay-e-alvo-de-panfleto-homofobico-em-curitiba.shtml>. Acesso em: 23 de jun. 2022.

comprometendo sua formação e respectivamente sua entrada no mercado de trabalho e qualidade de vida. Mais uma vez volta-se a atenção para pessoas transexuais e travestis, muitas vezes envolvidas com a prostituição enquanto “trabalho” degradante, entre diversos outros casos, muitos acabam sendo impossibilitados de realizar suas capacidades intelectuais, gerando frustrações, depressões que acabam influenciando no aumento do índice de suicídio dentro da comunidade LGBTQIA+.

3. LGBTFOBIA NA ESCOLA: COMO A LGBTFOBIA SE CONFIGURA NO AMBITO ESCOLAR

Sabe-se que o heterossexismo é a base para o preconceito sexual e discriminação no País. A naturalização do modo heterossexual de se relacionar, bem como as explicações biologicistas e religiosas, fizeram com que o preconceito sexual e a discriminação contra os grupos LGBTQIA+ fossem deixados de lado pelos estudos científicos, como afirmam Cerqueira-Santos e de Souza (2011). Souza e Silva alegam que:

[...] buscar romper com essa barreira do discurso religioso ou biologicista não foi suficiente para se pensar a heteronormatividade e a homofobia. Atualmente, faz-se necessário compreender essa norma e esse preconceito para além de um processo cognitivo individual, envolvendo também os arranjos culturais que estão implicados nesse processo (SOUZA E SILVA, 2011, p. 108).

Assim, o modelo preponderante de sexualidade impõe parâmetros a heterossexuais, levando os homens a se autoafirmarem héteros através de comportamentos agressivos como afirma Schpun (2004), recusando papéis sociais relacionados ao feminino, tais como delicadeza ou emoção e punindo de forma discriminatória e violenta aqueles que fogem às regras.

Perante isso, pode-se colocar que a heteronormatividade torna-se hegemônica culturalmente, ganhando espaço em variados ambientes da sociedade, e como supracitado, nas instituições sociais, as quais se encontra a escola como uma das principais. Logo, coloca-se à margem todos os sujeitos que destoam a regra estabelecida. Destarte, como apontam Souza e Silva:

A escola é considerada um ambiente inserido nesse contexto maior e que não só reproduz, mas também produz arranjos capazes de favorecer e fortalecer o preconceito e discriminação, frente a pessoas que estabelecem uma relação homoafetiva ou apresentem características comumente associadas ao outro sexo (SOUZA E SILVA, 2011, p. 110).

No contexto vigente, o qual se encontra o Brasil, é necessário refletir as condições da escola, e sua relação com políticas sociais que promovem ações educativas para inclusão da diversidade sexual. Altmann vê a escola como:

[...] um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes, e a intenção de introduzir a sexualidade na escola fica evidente com a inserção da orientação sexual nos parâmetros Curriculares Nacionais – PNC's (BRASIL, 1998), na forma transversal (ALTMANN, 2001 *apud* BORGES & MEYER, 2008, p. 61).

Assim, coloca-se a escola como um local que deve ser capaz de produzir conhecimentos e discutir pontos dessa temática, e que deveria ser peça fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária, mas que, “configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT...” (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Na escola, assim como nos vários contextos da sociedade, a homossexualidade pode ser apontada como “contagiosa”, propiciando, portanto, a exclusão de pessoas não heterossexuais, uma vez que a aproximação pode ser compreendida como uma identificação a tal identidade, o que vem a reforçar a marginalização desse grupo como certificado por Louro (2007).

Borges e Meyer (2008), salientam que desde a década de 1920, a lei brasileira prevê a educação sexual na escola. Porém, sucedeu-se muita resistência para que houvesse sua implementação, principalmente por setores ligados à igreja católica. Essa resistência segundo os autores, ainda faz parte de nossa realidade, e mesmo que não se restrinja unicamente a igreja, está se diluindo em parte da sociedade, que incorporou seus valores. Logo, “os/as professores/as que têm dificuldade para tratar o tema da sexualidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que esta é entendida e tratada como algo natural é, também, altamente vigiada como algo ameaçador e perigoso que precisa ser contido e disciplinado” (BORGES & MEYER, 2008, p. 61).

Deve-se considerar-se o fato de que a temática ainda é tabu dentro da sala de aula, e muitos professores assumem uma certa ignorância referente a essa questão. Abramovay, Castro e Silva (2004), comprovaram em uma pesquisa realizada para UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em treze capitais brasileiras mais o Distrito federal – Nos níveis de ensino fundamental e médio da rede pública de ensino – que muitos professores afirmam não sabem abordar a temática na escola. Entre este

seguimento, variou-se de 10% e 20% (a depender do estado), aqueles que confirmaram crer que a homossexualidade é uma doença. Sendo comum também professores/as e funcionários/as do corpo administrativo, bem como os próprios jovens tolerarem, ou mesmo, praticarem diversas formas de discriminação e violência, considerando tudo como “brincadeira” e “coisa de jovens”, “sem importância” (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p.299). Jane Felipe (SOUZA, 1998, p. 10), afirma que por vezes, professoras atuam como “vigilantes” da sexualidade infantil, inculcando nas crianças comportamentos que elas também aprenderam a considerar como mais apropriados para meninos e meninas. A norma heteronormativa nesse caso, se mostra tão estruturante das relações sociais, que as professoras acabam aplicando “micropenalidades” as crianças que fogem a essa norma, como colocado pela autora. Elas agem dessa forma por acreditarem que a educação das crianças de modo adequado consiste em encaixá-las na norma heterossexual para facilitar sua convivência dentro de uma cultura que é heteronormativa e homofóbica.

Esses dados mostram-se alarmantes, uma vez que os preconceitos nos adultos se refletem em atos negligentes frente a atitudes homofóbicas que ocorrem nas escolas. Isso revela a urgência de dialogar com esta classe profissional, uma vez que estes estão propriamente relacionados à formação de opinião no ambiente escolar.

A escola ainda possui, segundo Junquera (2009), um forte despreparo em lidar com o fato, apontando dificuldades que visam justificar seu não enfrentamento a homofobia, entre estas se colocam a negação do fenômeno na escola; a hierarquização – em que se coloca o preconceito sexual como segundo plano em face a outros conteúdos, apelo ao senso de oportunidade, colocando a luta como homofobia algo a cargo do tempo e estabelecendo metas para as próximas gerações e finalmente a “antecipação fatalista”, determinada pela falta de esperança diante a mudança para uma sociedade igualitária. Assim, a escola acaba se configurando como “lugar de opressão”, tal qual reconhecem em sua pesquisa Abramovay, Cunha e Cafalaf (2010, p. 10):

Os homossexuais sofrem na escola com agressões verbais, humilhações, isolamento e também com agressões físicas. A falta de abertura das escolas para a discussão e o não entendimento de que isso é uma violência grave faz com que esses alunos não tenham a quem recorrer, tampouco apoio, para enfrentar a situação, sendo excluídos de vários lados, banalizando e naturalizando os comportamentos violentos existentes (ABRAMOVAY *et. al.*, 2010, p. 10).

Quando se fala na LGBTFobia em relação de alunos x alunos, conforme colocam as autoras Abramovay, Castro e Calaf (2010) a discriminação por alguém ser ou parecer

homossexual corresponde a 63,1% dos casos ocorridos nas escolas. A mesma pesquisa coloca 33,5% dos estudantes do sexo masculino de Belém, 40% - 42% no Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza, e mais de 44% em Maceió e Vitória, afirmam não gostar de ter colegas homossexuais na mesma sala em que estudam. Os mesmos alunos ainda avaliam o ato de agredir os colegas homossexuais, levando-se em consideração uma lista que continham seis exemplos tais como, atirar em alguém, estuprar, roubar, usar drogas, andar armado e bater em alguém por este ser homossexual. Abramovay, Castro e Calaf (2010) apontam ainda que a discriminação contra os homossexuais é mais amplamente anunciada por sujeitos que a cometem que outras formas de discriminação, como por exemplo o racismo ou a misoginia.

Os índices de rejeição contra alunas/os homossexuais são observados ainda nos pais desses alunos. O Distrito Federal registrou o menor valor, sendo que 17,4% dos pais afirmaram que não gostam de ter filhos compartilhando o ambiente escolar com sujeitos homossexuais. Nas capitais nordestinas Fortaleza e Recife, respectivamente 59% e 60% dos pais, fizeram a mesma afirmação, sendo os maiores valores encontrados na pesquisa. Esses dados, comprovam que a homofobia na escola, tem ligação com a “cultura da heteronormatividade” e que esta mesma cultura pode ser passada de forma “tradicional” ou seja, os alunos são homofóbicos por que seus pais os incitam direta ou indiretamente a ser.

Percebe-se assim, que o âmbito escolar, por intermédio de seus atores, tais como pais e mães, professoras/es e demais funcionárias/os, acaba consentindo e legitimando a prática da LGBTFobia. Dessa forma, o mapeamento da violência escolar, torna-se indispensável para pensar-se políticas educacionais que sejam efetivamente inclusivas e busquem erradicar, ou mesmo diminuir os índices de LGBTFobia, tanto dentro da escola quanto na sociedade em geral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que a instituição escolar é LGBTfóbica, certificando através de pesquisa bibliográfica um conjunto de processos traumáticos e em demasiado negativos, que detalham que a escola não cumpre seu papel entre os ambientes o qual se poderia quebrar a corrente do preconceito e da discriminação, criando barreiras quando decide apontar os modelos a serem seguidos e impedindo assim que os sujeitos se reconheçam, se tornando um ambiente discriminatório, papel totalmente diferente ao que lhe cabe (SILVA; CHAGAS; SILVA, 2015).

Isto posto, evoca-se a noção de que a sociedade tem uma imensa dificuldade em reconhecer e principalmente aceitar que as pessoas LGBTQIA+ possuem direitos, merecem ser respeitadas e ter sua dignidade intacta, tratando conseqüentemente esse segmento social como menos importante e colocando-os que se identificam como pertencentes a comunidade LGBTQIA+, como sugerido por Judith Butler (1999), como seres “abjetos”, quase “inumanos”. Relembra-se aqui que a ideologia heteronormativa, possui enorme influência acerca da criação, interpretação e aplicação de leis, que aliada aos paradigmas e estereótipos existentes na sociedade, transfigura-se num verdadeiro “LGBTcídio”, que envolve não só a questão da vida, mas também de outras mortes que se configuram de maneira psicológica e social, tratando-se como uma verdadeira afronta a dignidade humana (JESUS; 2016). Pensando esse contexto da sociedade brasileira, buscou-se refletir sobre as condições da escola perante estas circunstâncias.

Logo, considera-se aqui que o ambiente escolar deve ser fundamentado “em um espaço e em uma educação menos desigual e mais humanizadora e que potencialize as habilidades humanas” (MOLINA; FIGUEIRO, 2010), acreditando ser possível levar as/os alunas/os a outros pensamentos, que não venham a ser preconceituosos e discriminatórios em relação a questões como diversidade de gênero e sexual.

Por fim, ressalta-se o pensamento Borges e Meyer (2008), de que por mais que se tenha uma visão muito descrente referente ao ambiente escolar, há de se acentuar que este, possui diversos aspectos positivos, dentre os quais se destacam as resistências, alianças e superações. E por mais que ainda esta instituição se resuma a reles “reflexo em microescala dos valores, crenças e moralidades da sociedade maior” (BORGES; MEYER, 2008, p. 72), ela se constitui em um dos espaços privilegiados de transformação social.

Perceber o potencial crítico, educativo e questionador das instituições escolares pode indicar o caminho para que haja a mudança de posturas e comportamentos, e, quiçá, articulada a outros espaços, esta venha a propiciar transformações a longo prazo, constituindo um meio capaz de abrir horizontes e provocar transformações pessoais e coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G. & SILVA, L.B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/Unesco_juventudes_sexualidade.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

ABRAMOVAY, M., CUNHA, A.N., CALAF, P.P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. 2.ed. Brasília: Rede de Informação

Tecnológica Latinoamericana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237993/Publicacao_Revelando_tramas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivo do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. *Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista*. **Anais do Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://seminariocorpogetherosexualidade.furg.br/images/documentos/sextoseminario.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

DE SOUZA, Jane Felipe. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. Silva, 1995.

FACCO, Lúcia. **Era uma vez um casal diferente: a temática homossexual na educação literária infanto-juvenil**. Summus Editorial, 2009.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. *Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização*. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7j66wSZQkm3fYPSntTrht5K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

GRUPO GAY BAHIA. **O que é o GGB**. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/ggb.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

JESUS, J.E. *Homofobia nas instituições sociais: jovens homossexuais e a busca por direitos, respeito e reconhecimento*. **IF-Sophia: revista eletrônica de investigações filosófica, científica e tecnológica**, ano II, vol. 2, n. 5, 2015. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/b2a6f0_8065c027c2bb467baeb95accd6f174a9.pdf. Acesso em: 21 abril 2018. Acesso em: 22 jun. 2022.

JESUS, João Elton. *LGBTcídio no Brasil: direitos humanos e população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual (LGBT)*. **Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião**, v. 2, n. 1, p. 150-164, 2016. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/genero/article/view/223>. Acesso em: 23 jun. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre Homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacoes_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: Junqueira, R.D. (org). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, p. 13-51, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes. 1999.

LOURO, G.L. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOLINA, L. P. P. **Professores homossexuais**: suas vivências frente à comunidade escolar. 2010. 108f. Monografia (Especialização em Psicologia Aplicada à Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MOLINA, Luana; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 7, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5392>. Acesso em: 23 jun. de 2022.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades**: múltiplas perspectivas para um objeto plural. São Paulo: Boitempo, 2004.

CONSTRUINDO UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E PLURAL: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA *QUEER*

Raphael Andrade⁴
William Roslindo Paranhos⁵
Wezelley Campos França⁶

Resumo: as pessoas, ao serem inseridas nos espaços educacionais, necessitam se ajustar às regras, às normatizações, às formas padronizadas, ou seja, a todos os requisitos que lhes são impostos pelo sistema, garantindo-lhes sua permanência nesse âmbito. A docilização, em grande parte das vezes, desrespeita a singularidade de cada discente, primordialmente quando relacionada aos gêneros e sexualidades. Docilizar é regular, e, em tais processos de regulação, direitos básicos são cerceados, distanciando-se dos preceitos freireanos de uma escola democrática que possibilita o aprender crítico e o desenvolvimento de uma identidade social. Considerando tais aspectos, o presente trabalho objetiva refletir sobre as contribuições da Pedagogia *Queer* nos espaços educacionais. A prática pedagógica propõe a desconstrução de tais parâmetros normatizadores, pautando-se na pluralidade, escapando de determinadas estratégias de ensino cisheteronormadas, e criando outras que fujam dos ensinamentos direcionados à aprendizagem dos binarismos e dicotomias - política do engendramento daquilo que se entende enquanto “ser homem” e “ser mulher”. A queerização da escola propõe, também, o abandono da padronização da sexualidade “normativa - leia-se: heterossexualidade -, a qual exclui diversas outras potências de ser e viver enquanto sujeitas de sexualidades múltiplas. Nessa visão fica entendido que as escolas que possuem a Pedagogia *Queer* como proposta pedagógica podem aumentar as possibilidades de respeitar as diversidades e fraturar, a cultura da segregação, da violência e da estigmatização.

Palavras-chave: pedagogia *queer*; práticas pedagógicas; escola.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, determinadas escolas brasileiras têm disseminado práticas didático pedagógicas de ensino e aprendizagem que se adequam e que não contemplam alguns discentes e suas individualidades.

Diante dessa conjuntura, os indivíduos ao serem inseridos nesses espaços educacionais necessitam se ajustar às regras, às normatizações, às formas padronizadas, isto

⁴ Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Especialista em Ensino Aprendizado. Professor na SEEDUC RJ – Itaperuna/RJ. raphaeldeandraderibeiro@gmail.com.

⁵ Pessoa não-binária, Mestra em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola (UFSC) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI). Pesquisadora do Afrodite - Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (UFSC/CNPq). Curitiba/PR. williamroslindoparanhos@gmail.com.

⁶ Especialista em Artes Visuais, em Educação em Direitos Humanos, diversidade e questões étnico-sociais ou raciais e em Gestão Escolar com ênfase em Administração, Supervisão e Orientação. Professor da Rede Municipal de São Fidélis. São Fidélis/RJ. wezelleyfranca@gmail.com.

é, todos os requisitos que lhes são impostos pelo sistema escolar para que estes possam permanecer no espaço educacional em que foram introduzidos.

Ao considerar tais fatores, a pesquisa, a introdução e a reflexão da Pedagogia *Queer* se torna necessário na busca da desconstrução de tais parâmetros normatizadores, buscando dar prioridades às particularidades no que tange considerações à representatividade de gênero, de diversidade sexual e étnicas.

O estudo da pedagogia *queer* e sua introdução em alguns espaços educacionais traz insatisfação para a escola, uma vez que ela representa corpos e mentes de discentes e docentes que divulgam sua produção de forma constrangida e inconsciente.

Discutir a pedagogia *queer* é escapar de determinadas estratégias de ensino e criar outras, é fugir dos ensinamentos direcionados ao ensino-aprendizado do que é ser homem e mulher, é abandonar a padronização da sexualidade, sendo esse parâmetro que ajuda tudo e todos. Em outras palavras, é referência heterossexual ditada pela sociedade.

O termo *queer*, em inglês, além de ser usado como insulto aos gays e lésbicas, refere-se ao que é estranho, excêntrico, diferente, incomum. A teoria que se apropria deste termo como forma de contestação surge em meados dos anos 1980, como parte dos Estudos Gays e Lésbicos de forma a levar ao limite o questionamento sobre a estabilidade de identidades e a heterossexualidade. A obra que marca este surgimento é de “Between Men”, de Eve Sedgwick. Neste livro, Sedgwick afirma que a sociedade está baseada na heterossexualidade compulsória (obrigação de ser heterossexual) e na heteronormatividade (todas as relações amorosas/sexuais com referência no casal reprodutivo heterossexual). (FRAGELLI, 2008, p. 42, grifo no original).

Não obstante, entende-se que a escola é um espaço diversificado cuja função é instruir seus discentes para um caminho único, sendo um percurso que é considerado pela escola como certo, único e desvinculado de punições sociais, propagando assim a homogeneidade. De outro modo a pedagogia *queer* busca ensinar aos discentes a heterogeneização das ações, isto é, formando cidadãos críticos e respeitando suas particularidades (leia-se diversidade), justificando assim sua relevância para o âmbito social e acadêmico (MORAIS, 2016).

Por ser um tema recente no âmbito educacional, suas teorias paulatinamente estão sendo colocadas em prática, o que justifica o presente estudo. Oportunamente, é preciso salientar que a metodologia utilizada foi a investigação bibliográfica associada à pesquisa exploratória.

2. DESENVOLVIMENTO

A população LGBTQIA+ inseridas em determinados espaços educacionais vivenciam preconceitos, segregações, violências e estigmatizações, devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual que foge do que é considerado pela sociedade como o padrão heteronormativo. E sabe-se que a escola é um reflexo da sociedade em que está inserida.

A função da escola é a promoção do ensino aprendido, também pode-se afirmar que nela é efetivada a educação e a escolarização. Contudo, a escola sendo parte da sociedade, ela vivencia um ambiente de onde as classes são divididas. A elite sempre dominou e disseminou sua autoridade, utilizando de seus privilégios para reproduzir da hegemonia heteronormativa (NINO; PIVA, 2013).

A escola sempre foi, e ainda o é conduzida por princípios, valores e atitudes marcadoras de desigualdades de gênero, de classe, de raça/etnia e de orientação sexual. Talvez, por isso, durante muito tempo, a educação brasileira, focada na ênfase ao ensino propedêutico, omitiu-se, negou-se a inserir nos currículos, nas formações (inicial e continuada) de educadores(a)s, nos livros didáticos, e nos demais campos de atuação da educação, as temáticas relacionadas à diversidade cultural. Esta omissão findou por legitimar a hegemonia heteronormativa e essencialista da sexualidade, afirmando a escola enquanto o não- lugar para as pessoas LGBT (JOCA, 2011, p. 13).

Mediante esse contexto, Louro (2001) explica a necessidade de repensar a escola como um espaço onde a diversidade é considerada como essência de nosso país e desconstruir a hegemonia social heteronormativa que é subjetivamente é ensinada aos alunos pelos currículos escolares. É preciso buscar novas pedagogias, sendo estas críticas e capazes de fazer com que o discente respeite a diversidade no âmbito educacional. É justamente aqui, que a pedagogia queer se torna uma práxis capaz de promover essa reflexão.

Não obstante, é notório que um significativo número de escolas precisa de

uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2001, p. 550).

Nessa visão fica entendido que as Unidades escolares que possuem a pedagogia *queer* como proposta pedagógica, podem aumentar as possibilidades de respeitar as diversidades, tornando-se mais críticas.

Dessa maneira, torna-se preciso discutir um currículo que norteie para a inclusão de

temáticas que por anos foram segregadas. É preciso que o aluno entenda que a sociedade em que ele está inserido está permeada por problemas. Por isso, é preciso que debates e reflexões acerca de temas que são considerados como “polêmicos” sejam realizados.

Fragelli (2008) afirma que ao adentrarmos no âmbito escolar, nota-se claramente que existe uma divisão entre os indivíduos. Igualmente, fora da escola tal atitude se replica seja por sexo, por idade, por classe social e com isso vem as limitações do espaço, quem tem mais dinheiro em grupo e quem tem menos em outro, ou seja, as ações que são realizadas pelos discentes na escola, quando estes saem dela continuam replicando e segregando, aumentando assim as problemáticas sociais.

Exatamente por tal motivação que a Pedagogia *queer* se torna uma práxis capaz de desconstruir tais “barreiras”, proporcionando momentos criativos para os alunos, onde estes podem aprender a executar atividades em grupos, aprender mais com o colega, se familiarizar com a turma – evitando que toda problemática mencionada aconteça.

Às escolas cabe o papel de se posicionar frente às situações de violência, se indignar e questionar essas manifestações, ter claro a sua função enquanto instituição pública, formar sua equipe escolar, buscar parcerias com movimentos sociais sem se distanciar das suas atribuições, não se omitir enquanto representante do estado, fundamentado suas ações na responsabilização de atos de violência e dar os seus encaminhamentos legais, inibindo-as dentro de seus espaços. Cabe ainda à escola abrir um canal de atuação para que os jovens ajam de forma protagonista, por meio dos grêmios e demais grupos e movimentos a serem estimulados e principalmente empoderar aqueles e aquelas que ali frequentam de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros (MORAIS, 2016, p.13).

Corroborando com Moraes (2016), César acrescenta:

Por que uma pedagogia *queer*? Para introduzir na pedagogia e na educação a dúvida e a incerteza em relação à norma disciplinar quanto aos saberes e aos corpos. Isto é, para dilacerar os limites do pensamento e pensar o impensável. Por que na escola? Porque na escola, em nome da racionalidade e da ciência, se produziu uma história de normalização, exclusão e violência em torno dos saberes, dos corpos e dos sujeitos (CÉSAR, 2010, p. 352).

Assim sendo, fica claro que a escola deve incentivar que os docentes busquem compreender e colocar em práticas os ensinamentos oriundos da pedagogia *queer*, dado que essa busca levar o aluno à reflexão de suas relações para com os demais e ainda busca desenvolver nele o senso de crítico, para que ele exerça sua cidadania na sociedade e na escola respeitando aqueles que estão ao seu redor.

3. CONCLUSÃO

As Unidades Escolares, de acordo com a pedagogia *queer*, passariam a perceber os indivíduos como parte do encadeamento que constrói a cultura social e não somente o discente sendo um resultado dela.

Docentes e demais profissionais da educação contribuem para o desenvolvimento cidadão do aluno, quando propõem atividades que fragmentem o pensamento cartesiano destes, devido aos “padrões sociais” que a sociedade “dita”.

Por fim, conclui-se que a pedagogia *queer*, como práxis tem a possibilidade de transformar em cultura e suavizar a cultura da segregação, da violência, da estigmatização educacional, apresentando para a sociedade novas pessoas, sendo estas moldadas para perceberem os problemas sociais e atuarem em sua resolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÉSAR, M. R. A. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 351-362, nov. 2010.

FRAGELLI, M.C.B. **A educação enquanto prática transgressora**: Pressupostos e possibilidades da teoria queer. Monografia. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2008.

JOCA, A. M. **Direitos Humanos e Diversidade Sexual pelo Direito à Educação e à Diversidade na Escola**. TV Escola: educação e diversidade sexual. Ano XXI Boletim 04, 2001.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MORAIS, H. R. **A escola precisa de uma pedagogia queer?** 2016. 15 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal do Paraná, São Paulo, 2016.

NINO, A.; PIVA, P.J.L. O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face à pedagogia heterossexista. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.501-505, 1º sem. 2013.

ELEIÇÕES 2022: O QUE AS PROPOSTAS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS APRESENTAM SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

Maurício João Vieira Filho⁷

Resumo: O cenário das eleições de 2022 sinaliza para a urgência do processo democrático brasileiro e a busca por agirmos com foco e atenção diante das violências contra a população LGBTQIA+ orquestradas por movimentos conservadores que alçaram o governo do país nos últimos anos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender quais são as propostas de governo dos candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2022, no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero. Ao todo, 12 candidatos disputaram a vaga pela presidência do Brasil: Ciro Gomes (PDT), Constituinte Eymael (DC), Felipe D’Avila (Novo), Jair Bolsonaro (PL), Léo Péricles (UP), Lula (PT), Pablo Marçal (Pros), Roberto Jefferson/Padre Kelmon (PTB), Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União), Vera (PSTU)⁸. A partir de marcadores mais gerais como “LGBT”, “gênero”, “sexualidade” e “diversidade”, procedemos às buscas pelas propostas para identificar se há ou não indicações de promessas, programas e ações voltadas para fortalecimento de políticas públicas e atenção para as demandas da população LGBTQIA+.

Palavras-chave: movimento feminista; ativismo digital; LGBT; preconceito; discriminação.

1. INTRODUÇÃO

O cenário das eleições de 2022 sinaliza para a urgência do processo democrático brasileiro e a busca por agirmos com foco e atenção diante das violências contra a população LGBTQIA+ orquestradas por movimentos conservadores que alçaram o governo do país nos últimos anos. Desde a década de 2010 em diante, o país vem sendo atravessado por movimentos conservadores a partir da demarcação de pânico morais cujo intuito é apagar as diferenças e desfazê-las do cenário público. Um dos temas e chaves de campanha eleitoral bolsonarista em 2018 foi a “ideologia de gênero”, expressão resgatada com o interesse moral de amedrontamento como se houvesse um fantasma prestes a destruir a sociedade (MISKOLCI, 2021).

A partir de mentiras projetadas nos espaços plataformizados on-line, sobretudo, a desinformação no que diz respeito às questões das diferenças e, mais especificamente, gênero

⁷ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Bolsista do Programa de Bolsas de Pós-Graduação (PBPG/UFJF). Juiz de Fora – Minas Gerais. E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com.

⁸ Todos os detalhes sobre os candidatos, o processo eleitoral e as propostas de governo estão disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2022/2040602022/BR/candidatos>. Acesso em: 19 ago. 2022.

e sexualidade, passaram a ser vistas como sinônimo de destruição das infâncias e dos valores tradicionais de família vigentes em nossa cultura. Valendo-se dos recursos disponíveis nas redes sociais e da oportunidade de ganhar visibilidade no cenário político, atores ligados à extrema-direita tiveram como estratégia alçar mentiras no debate público para reverberar entre a sociedade. Contudo, o propósito da “ideologia de gênero” é associá-la à esquerda e, fundamentalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Importante sempre lembrar, como cita Richard Miskolci (2021, p. 55), que “gênero não é ideologia, tampouco projetos políticos de igualdade entre homens e mulheres, hétero e homossexuais, entre outras, uma pauta de esquerda”.

Porém, cabe conceitualizar que gênero advém de apreensões do campo da Medicina, mas que sofreu alterações ao longo do tempo, entendida politicamente para apreender as relações de poder balizadas pelo binarismo masculino-feminino na sociedade. Assim, o gênero “(...) se constitui com ou sobre corpos sexuais, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2014, p. 26).

Nota-se, portanto, um contexto atordoante que se desenvolve no país no que se refere às questões de gênero, sexualidade e dos corpos dissidentes, colocando todos sob o fio da navalha conservadora. Ter esse horizonte em vista é central para avançarmos pelo cenário do processo eleitoral para presidência no Brasil nas eleições de 2022. Com isso, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender quais são as propostas de governo dos candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2022, no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero. A seguir, apresentamos as candidaturas e, em seguida, a partir de marcadores mais gerais como “LGBT”, “gênero”, “sexualidade” e “diversidade”, procedemos às buscas pelas propostas para identificar se há ou não indicações de promessas, programas e ações voltadas para fortalecimento de políticas públicas e atenção para as demandas da população LGBTQIA+. A partir desse movimento, este trabalho pretende, ainda de modo inicial, pincelar o que foi apresentado em cada campanha como gesto de situar questões das diferenças em um momento enevoado de conservadorismos.

2. CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA DO BRASIL NAS ELEIÇÕES DE 2022

Ao todo, 12 candidatos disputaram a vaga pela presidência do Brasil para o mandato de 2023 a 2026:

- **Ciro Gomes (PDT);**

- Constituinte Eymael (DC);
- Felipe D'Avila (Novo);
- Jair Bolsonaro (PL);
- Léo Péricles (UP);
- Lula (PT);
- Pablo Marçal (Pros);
- Roberto Jefferson (PTB)⁹;
- Simone Tebet (MDB);
- Sofia Manzano (PCB);
- Soraya Thronicke (União);
- Vera (PSTU).

Durante o processo eleitoral, alguns candidatos se destacaram nas pesquisas de intenção de votos. Em 15 de outubro de 2022, o DataFolha¹⁰ indicou que Lula tinha 45% das intenções de voto no primeiro turno, seguido pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, com 33%, Ciro Gomes com 8% e Simone Tebet tem 5%. Próximo ao segundo turno, o instituto indicou que Lula ganharia com 52% das intenções de voto contra 48% de seu adversário, Jair Bolsonaro. Embora 12 candidatos estivessem concorrendo às eleições, a disputa se intensificou entre Lula e Bolsonaro e foi decidida em 31 de outubro de 2022. Lula foi vitorioso com 50,90% dos votos válidos, o que representa 60.345.999 eleitores, e tomará posse em 1º de janeiro de 2023. Bolsonaro teve 58.206.354 votos ou 49,10%.

Diante de um embate acirrado de votos e com dois candidatos em pólos opostos, um aspecto crucial que precisa ser evidenciado se refere às propostas políticas. Conforme Patrick Charaudeau (2011, p. 39) salienta, “a política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem (...) é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elabora o pensamento e ação políticos”. Charaudeau (2011) também apresenta três lugares de enquadramento dos discursos políticos, dos quais nos interessa o ato de comunicação, visto

⁹ A candidatura de Roberto Jefferson foi barrada pelo TSE a partir da Lei da Ficha Limpa. Em seu lugar, assume a campanha Padre Kelmon, que diz ser sacerdote da igreja ortodoxa e defender valores como família, liberdade e vida. Embora tenha acontecido essa mudança durante o processo eleitoral, optamos por deixar o nome de Roberto Jefferson, uma vez que o material de governo, mesmo com a alteração de candidato, permanece no nome do ex-parlamentar.

¹⁰ Todos os resultados das pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha estão disponíveis publicamente no site: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/>. Acesso em: 1 nov. 2022.

que estabelece como propósito conseguir aceitação, reprovação ou consentimento, assim mobiliza diferentes estratégias discursivas para que os interlocutores sejam atingidos.

Quando direcionamos para as propostas de governo protocoladas à candidatura oficial no TSE, nota-se que constituem um guia norteador e propositivo de procedimentos e trabalhos políticos a serem executados, caso seja eleita ou eleito, que comunica às brasileiras e aos brasileiros o que podem reivindicar, cobrar e fiscalizar durante o mandato. Além disso, são materiais elaborados em conjunto com o partido político com vistas a englobar temáticas maiores de interesse da coligação na qual estão se aliando. Logo, envolve tanto aliados quanto população eleitoral. Podemos compreender, assim:

(...) o discurso político manifesta-se tanto ‘intragoverno’, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto ‘extragoverno’, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão (CHARAUDEAU, 2011, p. 41).

É por essa razão que os planos de governo são materiais imprescindíveis para que um candidato se mostre preparado para o cargo que pretende alcançar, assim como mobilize estratégias coerentes e persuasivas que envolvam o maior número de pessoas possível entre aliados, apoiadores e eleitores.

3. O QUE ENCONTRAMOS NAS PROPOSTAS DE GOVERNO?

Como esperado em razão de sua história política construída com base em moralismos, ataques às minorias sociais e incitação ao ódio em seus discursos desde os tempos como parlamentar (VIEIRA FILHO, 2019), o projeto de reeleição de Bolsonaro não menciona em nenhum ponto nada sobre diversidade e diferença. Com 48 páginas, o material é dividido em quatro grupos, sendo o primeiro direcionado para trazer à tona quais seriam os valores e os princípios para guiar as atividades do mandato, seguido por uma fundamentação estratégica e apenas no terceiro momento do texto são apresentados os planejamentos para economia, tecnologia, inovação, saúde, educação, social, segurança, defesa, infraestrutura logística, sustentabilidade ambiental, governança e geopolítica. O encerramento traz uma breve conclusão do plano de governo. De modo geral, para o primeiro mandato, Bolsonaro se valeu de estratégias políticas para lhe alçar ao estatuto de salvador e solucionador dos problemas, que, segundo seus aliados, eram frutos de governos de esquerda, agora o plano governamental se direciona mais uma vez com afirmativas de que, antes de Bolsonaro, a

gestão do país ocasionou proliferação da pobreza¹¹. Especificamente, pelas buscas pelos descritores supracitados, as palavras-chave não foram mencionadas. Ao avançar por termos mais específicos, como a palavra “mulher”, há indicativos de propostas como aumentar a empregabilidade e inclusão no mercado de trabalho, igualdade salarial entre homens e mulheres e questões ligadas ao enfrentamento das violências.

Com base na procura pelos descritores, a mesma ausência se dá em mais quatro propostas de presidentiáveis: Constituinte Eymael, Pablo Marçal, Roberto Jefferson/Padre Kelmon, Soraya Thronicke. Esta, por sua vez, ao ampliarmos as buscas, observam-se tópicos que se direcionam para ampliação de mulheres no mercado de trabalho e sugestão de redes de proteção para idosos, pessoas com deficiência e mulheres.

No sentido oposto, os candidatos Ciro Gomes, Felipe D’Avila, Léo Péricles, Lula, Simone Tebet, Sofia Manzano e Vera apresentam propostas que, de certa forma e em algum ponto, envolvem a comunidade LGBTQIA+ e proposições que evidenciem medidas de combate à LGBTfobia.

No plano de Ciro Gomes, há uma seção intitulada “Devemos também garantir a igualdade de direitos a todos os brasileiros” em que descreve algumas ações que seriam implementadas para as populações de mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiências e população LGBTQIA+. Segundo o documento, as medidas são algumas entre outras que não estão mencionadas que seriam tomadas em caso de mandato. Entre elas, nota-se a preocupação com a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, o destaque para a maternidade como um papel social, atenção para as políticas de ações afirmativas, criação de comitê para diversidade, entre outras.

Felipe D’Avila (Novo), por sua vez, destaca apenas “diversidade e dignidade” como dois tópicos que devem ser respeitados. Especificamente, tem como proposta facilitar o acesso das pessoas ao nome social e garantir isonomia dos direitos previdenciários para casais homoafetivos.

Léo Péricles (Unidade Popular) tem como proposta de combate à LGBTfobia o desenvolvimento de programas de capacitação profissional e de inclusão no mercado de trabalho. Além disso, expõe a proposta de políticas públicas de saúde e segurança social.

¹¹ Logo na introdução do plano de reeleição disponível para consulta no site do TSE, há um destaque para salientar que a gestão anterior ao governo Bolsonaro aumentou a pobreza. Contudo, é notório que a pobreza se intensificou no Brasil nessa gestão, haja vista a volta do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Para mais informações, acesse: <https://pt.globalvoices.org/2022/07/22/o-que-colocou-o-brasil-de-volta-ao-mapa-da-fome-da-onu-depois-de-oito-anos-fora/>. Acesso em: 1 nov. 2022.

Uma das metas apresentadas diz do fim da discriminação de mulheres, do racismo, entre outros apontamentos no que diz respeito às diferenças.

Lula (PT) planeja atenção à segurança pública com foco em cuidados com as vítimas e prevenção de crimes contra mulheres, jovens negros e população LGBTQIA+. Propõe políticas de garantia de direitos que envolvem a cidadania, saúde integral, educação e trabalho. Por fim, firma compromisso com os direitos humanos.

Simone Tebet (MDB) tem como base do projeto a busca por respeito, promoção e defesa de leis e direitos dos indivíduos. Para tanto, planeja medidas de igualdade de oportunidades para mulheres, jovens, idosos, população LGBTQIA+, pessoas negras, etc. Planeja ainda nomear os ministérios de forma equânime entre homens e mulheres. Criar Política Nacional de Promoção da Equidade Racial e promete “trégua” a um conjunto de violências estruturais, como racismo. Além de prometer a expansão da política de ações afirmativas.

No plano de governo de Sofia Manzano (PCB), estabelece-se uma política de combate às opressões, detalhando com um parêntese o machismo, o racismo e a LGBTfobia. De modo geral, esse tópico abarca diferentes formas de violências.

Vera (PSTU) traz propostas para combate à LGBTfobia, bem como críticas à gestão bolsonarista permeada por ataques e violências contra a população LGBTQIA+. Para tanto, entre o que apresenta, destaca-se a recuperação de projetos para criminalizar essas violências, assim como projetos de educação sexual nas escolas, criação de delegacias específicas para atender casos, cotas para pessoas trans nas universidades, etc.

4. CONCLUSÃO

Como Renan Quinalha compreende, “sem democracia, respeito a direitos humanos e participação social ampla não há qualquer perspectiva para fazer avançar a cidadania da população LGBTQIA+” (QUINALHA, 2022, p. 148). Logo, não há como ter diálogos ou ligações com governos autoritários e conservadores cujos empreendimentos morais e políticos se voltam ao ataque por meio de discursos de ódio e promoção da violência. Se queremos combater os regimes autoritários e cunhados em falsas moralidades, a população deve ficar atenta ao que os candidatos assinalam como compromissos políticos para o mandato.

Ler os planos de governos é uma atitude fundamental para conhecer os candidatos e ter atenção ao que cada um propõe e também ao que não é afirmado como proposta de governo. Nesse exercício inicial que fizemos, é importante destacar que, em maior parte,

percebemos que são partidos de esquerda cujos motes se voltam para o combate de desigualdades que fizeram menção e aprofundaram na proposição de políticas públicas para a população LGBTQIA+. No entanto, uma exceção é Felipe D'Ávila que, em seu plano de governo, pincela uma ação que seria possivelmente implementada sobre os direitos civis de casais homoafetivos. Trata-se de um candidato de um partido de direita cujos interesses não convergem para o debate das diferenças, além de dedicar pouca atenção às demandas de sexualidade e gênero.

Um outro ponto a reiterar é que “(...) o maior problema não é existir partidos e pessoas com posicionamentos de direita, mas sim os extremismos políticos que culminam em perdas e ameaças para a sociedade” (VIEIRA FILHO, 2019, p. 19). Como se notou entre 2018 e 2022, a retórica marcada por violências, a agressividade contra as diferenças e o conjunto de ações de ódio que colocaram as pessoas LGBTQIA+ em condições graves de vulnerabilidades se tornaram violências cotidianas no Brasil, estimulado pelo bolsonarismo. Com o resultado das eleições de 2022, temos a possibilidade de esperar e mobilizar pela formação de alianças no combate à LGBTfobia, por direitos e pelas nossas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

VIEIRA FILHO, Maurício João. **Conservadorismo acima de tudo e de todos:** análise dos discursos de posse presidencial de Jair Bolsonaro. Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier. 2019. 85 f. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social-Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

RESUMOS

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 1: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DAS HOMOSSEXUALIDADES, LESBIANIDADES E BISEXUALIDADES

Coordenação: Alessandro Cerqueira, José Antonio Frías e Crispulo Travieso Rodríguez

Ementa: As sexualidades têm sido discutidas em seu sentido amplo pelas ciências humanas e sociais há muitas décadas. Os arquivos e a documentação desempenham um papel fundamental na preservação da memória da dissidência sexual e de gênero. No entanto, a própria natureza de grande parte da documentação produzida dentro do ativismo LGBT e queer dificulta a preservação desses registros. Nos últimos anos, várias iniciativas voltadas à preservação dessa memória foram lançadas em diferentes países da América Latina, Caribe e Península Ibérica, que serão analisadas no grupo de trabalho para conhecer e discutir as estratégias que estão sendo desenvolvidas. Por um lado, quase nunca se pensou na importância de preservar o material efêmero surgido dentro do ativismo e, por outro, há muitas dificuldades de acesso aos arquivos pessoais daqueles que viveram naqueles anos. Mas a recuperação da memória da dissidência sexual e de gênero não se limitou apenas aos arquivos, outras instituições culturais como bibliotecas e museus também desenvolveram algumas iniciativas ou exposições diversas que musealizaram objetos, imagens e documentos relacionados à memória LGTBI dentro e fora museus. Apesar dos retrocessos políticos contemporâneos, que impactam diretamente nos estudos e visões sobre o passado, ainda há muito o que se dizer sobre identidades sexuais e/ ou orientações sexuais e eróticas no passado - ou nos passados. Neste sentido, o GT busca abrigar e discutir trabalhos diversos entre si que tratem da memória, das memórias, da história e das Historiografias das dissidências sexuais e de gênero.

UM OUTRO OLHAR PARA O CHANACOMCHANA: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DAS PUBLICAÇÕES LÉSBICAS NO BRASIL

Kleire Anny Pires de Souza¹²

Resumo: O ano de 1964 jamais seria esquecido, chamado de dia que durou 21 anos, o período do regime militar no Brasil não só torturou como perseguiu seus opositores de maneira brutal. Os resistentes criaram mecanismos e ferramentas para enfrentar o regime. Os principais alvos eram os perigosos, ou chamados cidadãos perversos que segundo o Estado autoritário queriam destruir a família cristã e a moral. Os perversos eram os marginalizados socialmente, principalmente os homossexuais. Produtores de uma representação negativa da homossexualidade o regime militar não só os colocava como perversos, mas também como agentes inimigos participantes do perigo vermelho. Nesse contexto muitos movimentos foram fundados a partir da lógica de enfrentamento dessas representações negativas sobre a homossexualidade, principalmente a lesbianidade que nesse período sequer era nomeada, chegava a ser um palavrão, uma palavra proibida, usando de eufemismo para não falar sobre as lésbicas. A partir disso, um movimento foi muito proeminente no campo das guerras representativas, o jornal ChanaComChana publicado por Miriam Martinho e o coletivo GALF no ano de 1981. O jornal discutia temas sobre lesbianidade, política, poesia e artes, construindo uma nova representação sobre o lesbianismo. Após 12 edições, o jornal ChanaComChana seria substituído pelo boletim Um Outro Olhar, em setembro de 1987, ainda no período de vigência do GALF. Posteriormente se tornaria a Revista Um outro Olhar. Enfrentando contexto extremos desde o regime até a redemocratização, as editoras continuavam seu trabalho de abordar e reafirmar que o lesbianismo é um barato. As representações são formas importantes de analisar e compreender de que maneira um grupo ou indivíduos se projetam no social, sua transposição representativa é também discursiva, portanto, esse trabalho tem o intuito de analisar a mudança representativa a partir do contexto em que foi publicado e experienciado pelas mulheres lésbicas. Analisando os jornais e suas capas desde 1981 até a última publicação 2002 e a mudança de representações do lesbianismo no Brasil.

Palavras-chave: lésbicas; jornais; representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

CORDÃO, Vinicius Ferreira Ribeiro. **Imprensa homossexual brasileira e construções de subjetividades (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In*: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. *In*: GREEN, J.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: UFSCAR, 2014.

¹² Mestranda no programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: kkleire@gmail.com.

**GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 2: CRISES DO
CAPITALISMO, GUERRAS CULTURAIS E POLÍTICAS DO
DESEJO: LEITURAS CRÍTICAS DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO**

Coordenação: Alcimar Silva de Queiroz, Cleiton Zóia Münchow e Fernando Firmino Messias

Ementa: A crise do capitalismo funciona como motor das guerras culturais. A partir dos conflitos advindos da efetivação de políticas culturais e das políticas educacionais, malgrado suas demandas sociais, as guerras culturais são a expressão das tensões produzidas no modo de produção capitalista que, por meio das novas formas de exploração e expropriação, coloca em operação mortíferas políticas do desejo, as quais, de uma perspectiva vital, exigem a produção de resistências, tanto individuais quanto coletivas. O modo de produção capitalista deriva-se em políticas do desejo, que produzem as Guerras Culturais e colabora, concomitantemente, para a atual crise da democracia. A este grupo de trabalho, portanto, interessa pensar a respeito da crise do capitalismo, das guerras culturais e das políticas do desejo no território brasileiro e, especialmente, no Mato Grosso do Sul. Nós, do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Tecnologias em Diversidade, Gênero e Sexualidade (DiverGenS), desejamos entender o capitalismo – expresso na forma da extrema direita, do conservadorismo, do patriarcado e do autoritarismo – que fere nosso modo de existir LGBTQIA+ e, ao mesmo tempo, traçar uma cartografia dos inconscientes que protestam, ou seja, das linhas de resistência abertas pelo esforço minoritário em seu perseverar na existência.

DISPUTAS SOBRE O “CASO LOURIVAL”: MORTE E ESPERA NA PRODUÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE

Jow Oliveira Araujo¹³

Resumo: com intuito de apreender as práticas discursivas jurídico-midiáticas e como atuaram no jogo de verdade sobre sexo e gênero de Lourival Bezerra de Sá, analisei narrativas enquadradas em matérias de portais de notícias que se comprometeram a investigar o suposto “Segredo de Lourival”, ou, em outras palavras, o “motivo oculto” pelo qual, segundo alegações, uma mulher teria escondido sua “verdadeira identidade” há pelo menos, cinquenta anos desde quando teria “se fantasiado de homem”. Neste momento, com enfoque em discutir a atuação de mecanismos de controle e vigilância de corpo e gênero que se estabelecem mesmo quando a vida em seu aspecto fisiológico já se esvaiu, faço uso do método netnográfico, ou etnografia em ambientes online, bem como do estudo de caso para explorar portais de notícias online e caixas de comentários, em que procurei por representações, narrativas e signos construídos e evocados pela trajetória e vida vivida de Lourival de Sá, além de mecanismos de regulação que tenham o Estado e as produções jornalísticas lançado mão, que se vinculam a uma percepção ontologizante e binária de pessoa. Daí ressalto que a espera e o poder de fazer esperar se configuram enquanto uma relação de poder, tendo sido seu corolário o fato de o corpo de Lourival de Sá ter ficado mantido 158 dias no Instituto Médico Legal por “divergência de gênero”. Ademais, é possível afirmar que, mesmo com o fim das funções vitais de um corpo, este não está livre dos ditames cisonormativos que circunscrevem os papéis de gênero, posto que agentes, estatais ou não, se incumbem de incutir normalizações baseadas em dualidades de gênero.

Palavras-chave: corpo; transidentidades; cisonormatividade; Lourival Bezerra de Sá; Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 20, v. 2, p. 513-23, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012/22858>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ARAUJO, Jow. **"O Segredo de Lourival"**: uma netnografia sobre corpo, dissidências e normatividades em Mato Grosso do Sul. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5069>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 1-13, 2019. (Espaço temático: Saúde e direitos da população trans). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SWPVbsZqNBshOgBV6kqLZVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.

¹³ Mestra em Antropologia Sociocultural pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/FCH/UFGD). Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (DCJur/UESC). Dourados, Mato Grosso do Sul, araujojow@outlook.com.

BRAZ, Camilo; ALMEIDA, Anderson S. Espera, Paciência e Resistência - reflexões antropológicas sobre transexualidades, curso da vida e itinerários de acesso à saúde. *In: Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/170813/163354>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body**: gender politics and the construction of sexuality. 2 ed. New York: Basic Books, 2020.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Traduzido por Daniel Bueno, revisão técnica de Tatiana Melani Tosi e Raúl Ranuaro Jalaves Júnior. Porto Alegre: Penso, 2014.

MACHADO, Alisson; DIAS, Marlon, S. M. A última morte de Lourival: a cisgeneridade como metanarrativa sobre os corpos no jornalismo. *In: Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 55-67, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/72307/46835>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MEDEIROS, Flávia. "**Matar o morto**": a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

NUNES, Thiago A. P. **O segredo da transfobia**: análise da cobertura do Fantástico sobre o homem trans Lourival Bezerra de Sá. 2020. 16 f. Artigo (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro.

SANTOS, Adelaine E. C. dos; ORNAT, Marcio J. Espaço-Corpo e a (Re)elaboração das Transmasculinidades e Identidades de Homens Trans. *In: Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, PR, v. 12, n. 1, p. 03-33, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17023/209209215412>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 3: EDUCAR PARA A LIBERDADE: DESIGUALDADES, DIFERENÇAS, REPRESENTATIVIDADE E FORMAÇÃO CIDADÃ

Coordenação: William Paranhos e Raphael Andrade

Ementa: A democratização do direito à educação brasileira é recente, pois somente a Constituição Federal de 1988 determinou a educação como direito social. Os documentos educacionais posteriores - como a Lei 9,394/96 - ratificaram a necessidade dos estudantes acessarem o ensino público em idade correta, no entanto as condições de acesso e permanência no espaço escolar são diferenciados dependendo da classe, raça, identidade de gênero, orientação sexual e regionalização, mesmo que a legislação vigente garante o direito à todos/as. Além disso, observamos, também, no contexto atual a intensificação de práticas que reestruturam o cenário social e o transformam em um território de disputas. A escola, em determinados contextos, age como um espelho desse contexto, distanciando-se de suas premissas acerca da construção de um ambiente diverso, das construções críticas, reflexões e, por fim, da constituição cidadã. Educar para a liberdade foi a grande bandeira do educador brasileiro Paulo Freire. Em sendo a educação um meio para que os sujeitos conquistem sua liberdade, para que rasguem com os mecanismos da opressão, o presente grupo de trabalho versa sobre possibilidades propositivas em torno da construção de um ambiente educacional que opere em prol dessa conquista, tendo como objetivo reunir trabalhos que dialoguem sobre a temática da educação em relação com as desigualdades sociais, diferenças, representatividade e formação cidadã, compondo um espaço de produção interdisciplinar que subsidiem a construção de um corpo robusto na luta contra os movimentos reacionários que, mais uma vez, tentam dizimar vidas dissidentes.

A AUTOETNOGRAFIA COMO POTÊNCIA EDUCACIONAL E SOCIAL

William Roslindo Paranhos¹⁴
Daniel Manzoni de Almeida¹⁵

Resumo: o presente resumo tem como objetivo apresentar a autoetnografia coletiva como uma metodologia capaz de visibilizar e dar voz aos corpos não normativos. Excerto de um texto ainda não publicado pelas pessoas autoras, utilizamos da produção para extrapolar, em um espaço de lutas e resistências que nos permite dialogar com a academia, as fronteiras sociais e, sobretudo, do âmbito universitário, nosso território de origem. A pergunta que fazemos é: quais os mecanismos dessa (in)visibilização por nós percebidos e vivenciados. Diante de tal questionamento, notamos que a autoetnografia coletiva potencializa nossos atravessamentos, no instante em que trazemos à cena as coleções de violências simbólicas e explícitas, vivenciadas nesse local, quando do desejo de cristalizar uma performance intelectual no mundo. Com base na metodologia, realizamos reflexões e análises em torno de nossos textos - produzidos separadamente - sendo-nos permitido inferir que existem três eixos principais que permeiam nossas histórias: 1) experienciação e a impossibilidade de. - aqui propomos uma reflexão sobre nossa experiência e não experiência dentro no espaço universitário, bem como sobre os processos de (in)visibilização ali vividos; 2) docilização de corpos, experiências, seres e saberes - refletimos acerca das violências no “território do saber” que tentam nos enquadrar e; 3) por uma educação democrática, crítica, dissidente e de resistência - momento em que nos propomos a retomar a ideia de possibilidades educativas democráticas como sendo o ponto de partida para a concretização de uma educação autônoma real. Como resultado, concluímos que a metodologia utilizada nos permite explicitar saberes, histórias e práticas que nos constituem e que devem ser discutidas no ambiente acadêmico, haja vista possibilitar a concretização de um processo de construção sustentado pela democracia, pela autonomia e pela experiência, agindo contra o exercício latente do apagamento epistemológico, parte que compõe a onda de conservadorismo que (ainda) assola nosso país.

Palavras-chave: autoetnografia; (in)visibilização; pedagogia da experiência

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAPOLLI, É. M. L.; PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V. **Diversidades:** o bê-á-bá para a compreensão das diferenças. Florianópolis - SC: Editora Pandion, 2022.

MANZONI-DE-ALMEIDA, D. **Uma análise autoetnográfica da leitura da obra “a vida de galileu” de Bertolt Brecht:** o desenvolvimento de um anticorpo político. 2021. 255 f.

¹⁴ Pessoa não-binária, Mestra em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola (UFSC) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI). Pesquisadora do Afrodite - Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (UFSC/CNPq). Curitiba/PR. williamroslindoparanhos@gmail.com.

¹⁵ Bixa. Escritor. Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/Brasil). Doutor em Ciências Biológicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/ Brasil). Pesquisador do Centre de Recherche sur l'education, les apprentissages et la didactique (CREAD), Institut National Supérieur du Professorat et de l'éducation (INSPE) da Université de Bretagne Occidentale (UBO) Coordenador de HETEaching [Ensino em Educação em Saúde] em Marie Skłodowska-Curie Actions (MCSA)/BIENVENÛE - Região de Bretagne, Brest, França. danielmanzoni@gmail.com.

Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

A LGBTFOBIA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: COMO A LGBTFOBIA SE INSERE NO AMBIENTE ESCOLAR

Jean Carlo de Carvalho¹⁶

Resumo: neste artigo, objetiva-se trazer uma reflexão sobre a violência contra a comunidade LGBTQIA+ nas escolas brasileiras. Com base em uma abordagem bibliográfica, o trabalho procura mostrar que a escola, nada mais é que um reflexo da sociedade em menor escala, agindo sempre de acordo com o que se é transmitido fora do espaço escolar. Dessarte, as instituições de ensino se configuram em um dos espaços mais adversos contra os/as jovens LGBTQIA+, e cumprem um papel completamente inverso ao que lhes cabe, reproduzindo normas sociais pré-estabelecidas enquanto atuam como perpetuadoras das normas de gênero e sexualidade. Atenta-se ainda em apontar o espaço escolar como um dos mais privilegiados de transformação social, o qual apesar dos diversos pontos negativos, possui inúmeros aspectos demasiadamente positivos, já que detém o poder de indicar os caminhos para futuras mudanças de posturas e comportamentos que podem proporcionar transformações significativas a longo prazo, devendo ser altamente requisitado pela comunidade LGTQIA+ como localidade de amplo potencial crítico e educativo na busca de mudanças consideráveis dentro da sociedade. Desta forma, visa-se aqui investigar, organizar, atualizar e expandir o conhecimento acadêmico sobre a temática “LGBTFobia nas instituições escolares”, ressaltando a importância de se colocar discussões como essa nos meio acadêmicos, na busca de uma educação mais inclusiva e por consequência, uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: LGBTQIA+; escola; sociedade; LGBTFobia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M., CASTRO, M.G. & SILVA, L.B. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wp-content/uploads/2014/04/Unesco_juventudes_sexualidade.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.
- ABRAMOVAY, M., CUNHA, A.N., CALAF, P.P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. 2.ed. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana – RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, 2010. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237993/Publicacao_Revelando_tramas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e a homofobia. **Revista Ensaio**, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xQbfYvxrgJr7BmhC96Prh4v/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo

¹⁶ Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba – PR, e-mail: Jcarvaho96@gmail.com.

de escolarização. **Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7j66wSZQkm3fYPSntTrht5K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes. 1999.

NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDS) COMO UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Amanda Veloso Garcia¹⁷
Patricia Manuela de Souza¹⁸
Debora Augusto Franco¹⁹

Resumo: o *Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual* (NUGEDS) é constituído a partir de uma política institucional de âmbito federal presente nos *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, estando também nos campi do estado do Rio de Janeiro (IFRJ). Os NUGEDS são núcleos de estudos de caráter propositivo e consultivo que elaboram, fomentam e promovem ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, em todos os níveis de ensino (formação inicial continuada, médio, técnico, graduação e pós-graduação). Haja vista que o Brasil, infelizmente, é um país com altos índices de feminicídio e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+, os NUGEDS visam a atuar contra o assédio sexual dentro e fora da escola, evitar a evasão escolar de estudantes por questões de gênero e reduzir problemas pedagógicos e de saúde mental através de informações e respeito à diversidade sexual. Neste trabalho, pretende-se compartilhar as ações educativas com foco em Direitos Humanos desenvolvidas pelo NUGEDS do IFRJ do campus Pinheiral. O problema central que guiará nossa apresentação é “Quais as possibilidades e limites da atuação dos NUGEDS nas instituições de ensino federais?” com o objetivo de fazer uma análise crítica sobre essa política institucional. Inicialmente apresentaremos o contexto em que se encontra o IFRJ/Pinheiral, que foi uma fazenda escravocrata pertencente à José Breves, e o trabalho desenvolvido pelo NUGEDS do campus de maneira a refletir sobre as possibilidades e os entraves para sua atuação, dialogando sobre o que isto diz acerca da realidade da instituição, da região e do Brasil, especialmente em um contexto de silenciamento do debate sobre o gênero. Nossa hipótese é que, mesmo sendo uma política de apoio institucional, sua atuação institucional se dá na forma de resistência, devido ao contexto de silenciamento e ao machismo estrutural e, especialmente, por denunciar situações de violência, exclusão e desigualdade com mulheres e LGBTQIAPN+s. No entanto, defendemos que os NUGEDS são um espaço de acolhimento em um contexto social desfavorável, de fortalecimento das demandas relacionadas à gênero e diversidade sexual, e um espaço de formação plural e horizontal, haja vista que estudantes e docentes compartilham tal espaço sem hierarquias, se constituindo, portanto, como um espaço de educação para a liberdade e que tem as diferenças como fonte de aprendizado, o que permite construir uma sociedade de fato democrática e inclusiva a todos.

Palavras-chave: direitos humanos; gênero; diversidade sexual; interseccionalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai./ago. 2011.

¹⁷ É Mestra em Filosofia e Doutora em Educação pela UNESP/Marília. Professora de Filosofia do IFRJ/Pinheiral. amanda.garcia@ifrj.edu.br

¹⁸ É Mestre em Geografia pela UERJ e Doutora em Geografia pela UFF. Professora de Geografia do IFRJ/Pinheiral. patricia.souza@ifrj.edu.br

¹⁹ É Mestre em Psicologia pela UFF e Doutora em Psicologia pela PUC-Rio. Professora de Psicologia e Educação do IFRJ/Pinheiral. debora.franco@ifrj.edu.br

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. *In: Tempo Brasileiro*, n. 92-93. Rio de Janeiro: Ed. Global, p. 62-82, jan./jun. 1988.

JOHANSON, Izilda Cristina. Por uma perspectiva feminista em história da filosofia. **Revista Ideação**, n. 42, p. 233-252, Julho/Dezembro 2020.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **Eu me arrependo dos meus silêncios**. Folha de São Paulo. 30 ago. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/djamila-ribeiro/2019/08/eu-me-arrependo-dos-meus-silencios.shtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

CONSTRUINDO UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E PLURAL: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA *QUEER*

Raphael Andrade²⁰
William Roslindo Paranhos²¹
Wezelley Campos França²²

Resumo: as pessoas, ao serem inseridas nos espaços educacionais, necessitam se ajustar às regras, às normatizações, às formas padronizadas, ou seja, a todos os requisitos que lhes são impostos pelo sistema, garantindo-lhes sua permanência nesse âmbito. A docilização, em grande parte das vezes, desrespeita a singularidade de cada discente, primordialmente quando relacionada aos gêneros e sexualidades. Docilizar é regular, e, em tais processos de regulação, direitos básicos são cerceados, distanciando-se dos preceitos freireanos de uma escola democrática que possibilita o aprender crítico e o desenvolvimento de uma identidade social. Considerando tais aspectos, o presente trabalho objetiva refletir sobre as contribuições da Pedagogia Queer nos espaços educacionais. A prática pedagógica propõe a desconstrução de tais parâmetros normatizadores, pautando-se na pluralidade, escapando de determinadas estratégias de ensino cisheteronormadas, e criando outras que fujam dos ensinamentos direcionados à aprendizagem dos binarismos e dicotomias - política do engendramento daquilo que se entende enquanto “ser homem” e “ser mulher”. A queerização da escola propõe, também, o abandono da padronização da sexualidade “normativa - leia-se: heterossexualidade -, a qual exclui diversas outras potências de ser e viver enquanto sujeitas de sexualidades múltiplas. Nessa visão fica entendido que as escolas que possuem a Pedagogia Queer como proposta pedagógica podem aumentar as possibilidades de respeitar as diversidades e fraturar, a cultura da segregação, da violência e da estigmatização.

Palavras-chave: pedagogia queer; práticas pedagógicas; escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRAGELLI, M.C.B. **A educação enquanto prática transgressora:** Pressupostos e possibilidades da teoria queer. Monografia. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2008.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

²⁰ Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Especialista em Ensino Aprendizado. Professor na SEEDUC RJ – Itaperuna/RJ. raphaeldeandraderibeiro@gmail.com

²¹ Pessoa não-binária, Mestra em Engenharia e Gestão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Estudos de Gênero e Diversidade na Escola (UFSC) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI). Pesquisadora do Afrodite - Laboratório Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades (UFSC/CNPq). Curitiba/PR. williamroslindoparanhos@gmail.com

²² Especialista em Artes Visuais, em Educação em Direitos Humanos, diversidade e questões étnico-sociais ou raciais e em Gestão Escolar com ênfase em Administração, Supervisão e Orientação. Professor da Rede Municipal de São Fidélis. São Fidélis/RJ. wezelleyfranca@gmail.com

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 4: TURISMO LGBTQIAP+: PELO DIREITO À CIDADE, AO LAZER E HOSPITALIDADE

Coordenação: Renato de Oliveira dos Santos, Adriano Carlos Nunes Fernandes e Milena Manhães Rodrigues

Ementa: O turismo LGBT é um atraente e crescente nicho da indústria de viagens do Brasil. Segundo Oliveira (2016), a importância do seguimento LGBT é indubitável, haja vista o volume de dinheiro por ele movimentado. Os dados consolidados, antes do período pandêmico, ratificam a potência do mercado global do turismo LGBT, avaliado em mais de US\$ 218 bilhões em gastos anuais, de acordo com o programa global de pesquisa “LGBT2030 World Travel Market”, da Out Now at WTM London. O estudo considera gastos com viagens domésticas e internacionais e inclui análise de viagens, acomodações, jantares de férias, passeios turísticos e outros gastos com turismo. O Brasil alcança a segunda posição, dentre os 26 países respondentes, com a receita de US\$26.8 bilhões, (OUTNOW, 2018). Já no âmbito das políticas públicas federais para o turismo LGBT, contradizendo todas as estatísticas, o incentivo a esse nicho foi retirado do Plano Nacional do Turismo 2018-2022 (MTur, 2018), sob a justificativa de uma perspectiva universal do turismo, sem focar em privilégios para nichos específicos. Destarte, a Câmara de Comércio e Turismo de São Paulo, em 2018, alertava que o combate ao turismo LGBT, no Brasil, impediria a entrada de uma receita de cerca de 105,32 bilhões de reais à economia brasileira. Superando os aspectos econômicos do turismo LGBT, este GT interpela questões essenciais para entender emergências no plano social e seus rebatimentos na dinâmica do turismo contemporâneo. No direito da população LGBTQIAP+ à cidade, ao lazer, ao turismo e a hospitalidade."

FALOTURISMO: A DEMANDA PELO DESEJO E GOZO TURÍSTICO

Christopher Smith Bignardi Neves²³

Resumo: o falo é o emblema da fertilidade e é dotado de um poder que dá vida por seu estado ereto, o que faz nascer e dá vida aos seres. Também é sinônimo de prazer, principalmente seu uso nas práticas sexuais. Não busco aqui abordar o falo e o sexo como uma atração turística, para não incorrer no debate do turismo sexual, repudiado pela Organização Mundial do Turismo. O estudo qualitativo de caráter descritivo apresenta uma ode ao falo. O objetivo deste manuscrito é abordar como a arquitetura produziu e produz equipamentos com forte simbolismo fálico que tem atraído a atenção de turistas por diversos locais. Visualmente, os edifícios fálicos podem ser considerados e interpretados sexualmente, já que seu simbolismo sexual está presente em muitas culturas. As características falocêntricas destas estruturas enfatizam seu papel na reprodução, o poder da vida e da morte, e a proeza masculina. Os termos verticalidade fálica, eretividade fálica e brutalidade fálica têm sido mencionados por teóricos da arquitetura, incluindo o sociólogo francês Henri Lefebvre, que argumenta que edifícios do tipo arquitetônico fálico simbolizam a força e a fertilidade masculina. Margrit Kennedy, percebe estas construções como símbolos de dominação masculina na paisagem urbana. O falo, a virilidade e a altura estão continuamente ligados na arquitetura, mas também na história da arte. Sem dúvida, a imagem fálica tem sido um tema inspirador de artistas e arquitetos. Neste quesito, ele aparece no design de artefatos tradicionais como moedas, cerâmicas e esculturas. Se outrora representava uma poderosa liderança ou virilidade, nos tempos modernos estes objetos de arte atualmente são atrações turísticas, expostas em museus, galerias de arte, monumentos e até mesmo souvenirs turísticos. Festivais fálicos constituídos para homenagear Hermes, o mensageiro dos deuses, não se perderam no tempo e ainda fazem parte de algumas culturas, não restrita mais aos antigos gregos e romanos. Diante do exposto, o estudo ainda em desenvolvimento, apresenta uma correlação entre eventos, arte e arquitetura em torno, de algo maior, o falo. Para representar o poder deste instrumento turístico recorro a fotografias de turistas compartilhadas na rede social Instagram que instigam a reflexão do falocentrismo na atividade turística, vamos deslizar pelos atrativos: Empire State Building, Torre de Pisa, Coluna de Nelson, Colonna Mediterranea, Obelisco de Luxor, Burj Catar, 30 St Mary Axe, Torre Agbar, Nebraska State Capitol, Monumento a Washington, Ypsilanti Water Tower, Obelisco de Hyde Park, Sydney, Obelisco de Buenos Aires. Também, se apresenta os museus sexuais, esculturas, artesanatos e outros itens artísticos, tal como eventos e celebrações.

Palavras-chave: falo; turismo; atrativos turísticos; arquitetura; arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. A arquitetura nunca mais será a mesma. considerações sobre género e espaço (s). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 7, n. 2, p. 2-23, 2015.

CARMONA, Jaime Solares. **Gênero e sexualidade na teoria da arquitetura**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

²³ Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR. smithbig@hotmail.com.

COUTO, Luis Flávio Silva; JORDÃO, Guilherme Pimentel. Notas acerca da dimensão fálica do gozo na homossexualidade masculina. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 1, p. 263-282, 2018.

GARRAFFONI, Renata Senna; DE PAULA SANFELICE, Pérola. Símbolos fálicos, fertilidade e fruição da vida em Roma: novas abordagens a partir da cultura material de Pompeia. **Romanitas-Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 9, p. 26-50, 2017.

KENNEDY, Margrit. Toward a rediscovery of “feminine” principles in architecture and planning. **Women’s Studies**, v. 4, n. 1, p. 75-81, 1981.

LEFEBVRE, Henri. La re-production des rapports de production. **L’homme et la société**, v. 22, n. 1, p. 3-23, 1971.

MCKNIGHT, Lucinda. Meet the phallic teacher: Designing curriculum and identity in a neoliberal imaginary. **The Australian Educational Researcher**, v. 43, n. 4, p. 473-486, 2016.

RODRÍGUEZ, Shay S; GOULART, Fábio Ortiz. O falo nos espaços públicos de Rio Grande, RS, Brasil: falocentrismo e a masculinidade hegemônica. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 1, p. 45-70, 2021.

SCHER, Sarahh. Markers of masculinity: Phallic representation in Moche art. **Bulletin de l’Institut français d’études andines**, v. 2, n. 41, p. 169-196, 2012.

STODDARD, H. L. Phallic Symbols in America. **The American Antiquarian and Oriental Journal (1880-1914)**, v. 27, n. 5, p. 281, 1905.

WILLIAMS, Richard. Phallic Architecture. In: **The Cultural Encyclopedia of the Penis**. Rowman and Littlefield Publishers, p. 11-13, 2014.

WILLIAMS, Richard J. **Sex and Buildings: Modern Architecture and the Sexual Revolution**. Reaktion Books, 2013.

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 5: (R)EXISTÊNCIAS

LGBTQIA+: OUTRAS NARRATIVAS PARA ALÉM DA

LGBTFOBIA

Coordenação: Jean Santana e Romulo Rother Gil

Ementa: Somos constantemente bombardeadas por notícias de violência contra pessoas LGBTQIA+. Mesmo os Movimentos Sociais, que deveriam contrapor a os enunciados, acabam disseminando e potencializando esses discursos nos quais a Comunidade LGBTQIA+ é colocada constantemente como vítima e não como agente. Como a intelectual trans Helena Vieiras afirmou: a esquerda tem atuado como “médico de paciente terminal, que só dá má notícia”. A indignação é necessária e potente, porém, como Movimento(s) que propõe um Outro projeto de sociedade, devemos utilizá-la como força motriz que nos leve a Outros lugares, possibilitando a construção de estratégias, frestas e brechas onde possamos utilizar toda nossa potência, assumindo-nos mais como Multidão Queer (PRECIADO, 2011) do que como “minorias sexuais”. Nesse sentido, a presente proposta para realização de Grupo de Trabalho parte da provocação: “O que podem nossos corpos, identidades e subjetividades?”. Objetiva-se potencializar narrativas LGBTQIA+ que distoem daquela hegemônica, focada na violência e opressão, trazendo enunciados em suas palavras sonhos, esperanças, projetos de futuro, intencionalidades, agências, relatos de vivência, relatos de agrupamento/coletividade e mapas com linhas de fuga da opressão, da violência e das baixas expectativas de vida ofertadas pelo CISTema, como inspiração por e para outras LGBTQIA+.

DE PRECONCEITO À DISCRIMINAÇÃO DESAFIOS DE ACTIVISMO LGBT EM MOÇAMBIQUE: ENTREVISTA COM ACTIVISTA FEMINISTA ROBERTO PAULO

Alberto João Nhamuche²⁴

Maria Manuel Baptista²⁵

Hélia Bracons Carneiro²⁶

Resumo: A presente comunicação é uma parte da fase empírica de tese (em curso) do Programa Doutoral em Estudos Culturais, do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, do Departamento de Línguas e Culturas, da Universidade de Aveiro. A sua essência é analisar o processo de apropriação das plataformas digitais, pelo movimento feminista, no âmbito de promoção do seu activismo, em Moçambique. Em conexão com a natureza do campo da investigação, optamos por metodologia de cariz qualitativo. Para tal, procuramos a literatura crítica que pudesse suportar-nos na compreensão da temática em alusão, tendo, seguidamente, partido para pesquisa empírica, observando, na rede social Facebook, a página da organização feminista “Associação LAMBDA”, uma organização moçambicana que advoga pelos direitos humanos das pessoas LGBT em Moçambique. A sistematização dessa observação permitiu o levantamento de questões que serviram de base para elaboração de guião de entrevista em profundidade, realizada com a liderança dessa associação, Roberto Paulo. Da conversa, que durou cerca de duas horas, em 24 de Janeiro de 2022, na sala de reuniões da Associação, as informações recolhidas levam a considerar que o movimento LGBT em Moçambique apropria-se das plataformas digitais, no seu activismo e o Facebook é uma rede social com poder de não só possibilitar a quebra de barreiras geográficas, como também e sobretudo permite um feedback permanente dos membros das organizações activistas e a sua articulação com a sociedade. Por outro lado, de acordo com os mesmos dados, devido ao forte preconceito e discriminação sociais que enfrenta, e não obstante a sua existência, o sucesso do activismo LGBT demonstra-se como uma realidade (ainda) distante, em Moçambique.

Palavras-chave: movimento feminista; activismo digital; LGBT; preconceito; discriminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista educar**, Curitiba: editora UFPR, v. 24, p. 213-225, 2004.

GUERRA I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2006.

²⁴ Doutorando em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro.

²⁵ Professora Catedrática, Universidade de Aveiro.

²⁶ Professora Associada, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

SIGNOS DA RESISTÊNCIA LGBTQIA+ NO MANIFESTO DE *MOTHER MONSTER*, NO VIDEOCLÍPE *BORN THIS WAY* DE LADY GAGA

Euclides Vieira de Sousa Filho²⁷

Eluiza Bortolotto Ghizzi²⁸

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio da narrativa audiovisual do clipe *Born This Way*, da cantora Lady Gaga, signos da liberdade contemporânea, mais especificamente, o uso de símbolos relacionados à comunidade LGBTQIA+, como o triângulo rosa e o unicórnio. O corpus desta investigação é o prólogo de *Born This Way*, que tem como tema o nascimento de uma nova raça, livre de preconceitos e julgamentos. A base teórico-metodológica utilizada para a análise inclui o conceito de símbolo em Charles S. Peirce (1839-1914) e o de polifonia em Mikhail M. Bakhtin (1895-1975). Percebendo a narrativa audiovisual como gênero narrativo passível de discussão, um conceito bakhtiniano, foi considerado o videoclipe como gênero literário por um viés pop. A pesquisa concluiu sobre a existência de significados em *Born This Way* que tratam sobre liberdade e resistência, no que diz respeito ao grupo LGBTQIA+ e, também, sobre fluidez de gênero. Ainda, concluiu-se que a narrativa de *Born This Way* não se pretende indiferente aos conflitos da contemporaneidade, é a valorização de uma história de resistência e do orgulho de ser membro da comunidade LGBTQIA+. Esses símbolos são importantes e representativos para todos do grupo, assim como poder de ressignificação que carregam; o triângulo rosa traz consigo a memória dos homossexuais que foram executados nos campos de concentração; e o unicórnio a união das narrativas de nascimento divino ao movimento LGBTQIA+.

Palavras-chave: videoclipe; contemporâneo; identidade; LGBTQIA+; resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1951/1953].

BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMANN, J; DILLON, S; DILLON, D. The Silence=Death Poster. New York Public Library, New York, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://www.nypl.org/blog/2013/11/22/silence-equals-death-poster>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BURGUESS, J; GREEN, J. **YouTube e a Revolução Digital**. Tradução do inglês por Ricardo Giassetti. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Tradução do francês por Vieira da Costa e Silva; Raul de Sá Barbosa; Angela Melim; Lucia Melim. ed. 27 °. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

²⁷ Mestrando do programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: euclides.v.s.filho@ufms.br.

²⁸ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP). E-mail: eluizabortolotto.ghizzi@gmail.com.

DICIONÁRIO POPULAR. **Unicórnio**. Leça do Balio, 2022. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/unicornio/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FANTÁSTICO. Entrevista completa de Lady Gaga para Zeca Camargo no Fantástico. **Youtube**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Srd4rsSOpw>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GAGA, L. Born This Way. **Youtube**, New York, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wV1FrqwZyKw>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GEFFEN, S. The Psychedelic Subversion of Gaga's 'Born This Way' Video. **Paper Mag**, New York, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.papermag.com/born-this-way-music-video-2653061158.html?rebellitem=17#rebellitem17>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GOODWIN, A. **Dancing in the Distraction Factory** – Music Television and Popular Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

HOLZBACH, A. D. Excesso, esquizofrenia, fragmentação e outros contos: A história social de surgimento do videoclipe. *In*: INTERCOM, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom / UCS. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/excesso-esquizofrenia-fragmenta%C3%A7%C3%A3o-e-outros-contos-hist%C3%B3ria-social-de-surgimento>. Acesso em: 12 fev. 2022.

KLEINA, N. A história do *YouTube*, a maior plataforma de vídeos do mundo. **Tecmundo**, São Paulo, 11 jul. 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/youtube/118500-historia-youtube-maior-plataforma-videos-do-mundo-video.htm>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MACHADO, A. **Pré-cinemas & pós-cinemas**. Campinas: Papyrus, 1997.

MONTGOMERY, J. Lady Gaga's 'born this way' video: a pop-culture cheat sheet. **Mtv**, New York, 28 fev. 2011. Disponível em: <http://www.mtv.com/news/1658903/lady-gaga-born-this-way/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PEIRCE, C. S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. 8 v. C. Hartshorne, P. Weiss e A Burks (Eds.) Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1958.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução do inglês por José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PEIRCE, C. S. **Escritos Coligidos**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIRES, V. L.; TAMANINI-ADAMES, F. A.. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, v. 2, n. 6, p. 66-76, 2010.

ROMAN, A. R. O conceito de polifonia em bakhtin - o trajeto polifônico de uma metáfora. **Revista Letras**, [S.l.], v. 42, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19126>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SAKAI, M. Como *Born This Way*, de Lady Gaga, ajudou vozes LGBTQ+ no processo de aceitação? [ENTREVISTA]. **Rolling Stones**, São Paulo, 23 maio 2021. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/como-born-way-de-lady-gaga-ajudou-vozes-lgbtq-bras-ileiras-no-processo-de-aceitacao-entrevista/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

SOARES, T. **Videoclipe: o elogio da desarmonia**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2012.

TESTONI, M. **Sapatão, bicha, viado: os possíveis motivos para chamarem LGBTs assim**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/24/sapatao-bicha-viado-os-motivos-possiveis-para-chamarem-lgbts-assim.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 fev. 2022.

“E SE UMA BICHA TIVESSE INFÂNCIA, COMO SERIA?”²⁹

Rayane Ribas Martuchi³⁰
Amana Rocha Mattos³¹

Resumo: Este trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, e versa sobre o tema de crianças dissidentes no espaço escolar. A proposta deste GT vai de encontro com o ethos e referências teórico-metodológicas em que apostamos neste trabalho, por possibilitarem pensar outras narrativas, para além daquela focada no sofrimento de pessoas LGBTQIA+, porém, sem negá-las. Jesus (2013), Oliveira (2017), Favero (2020) e Souza, Salgado e Mattos (2022) já apontaram para a necessidade de ouvir as crianças sobre suas experiências de gênero e sexualidade, e, dentre as literaturas visitadas, a tese de doutorado de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017), chama atenção para “as bichas presentes nos vários trabalhos em que debruço meus belos e pretos braços para fazer esta pesquisa são sempre adultas. Não tiveram infância: infância não é coisa de bicha nem de preto/a!” (OLIVEIRA, 2017, p. 111, grifo nosso). A partir disso nos indagamos: como essas crianças dissidentes, hoje, estão experienciando essa não-infância, dadas as condições de opressão na nossa sociedade? O problema de pesquisa que orienta esse trabalho é: como as crianças que performam suas sexualidades e gêneros de forma não normativas resistem, tensionam e reproduzem a cis heteronormatividade dentro do espaço escolar? A incursão nessa pesquisa está visando os processos de subjetivação e condições concretas que possibilitam ou não a (r)existências dessas crianças, dialogando com a rede de relações em que estão inseridas, nesse caso a escola. As perspectivas teórico-metodológicas que fazem sentido para esse trabalho são os feminismos interseccionais, transfeministas e estudos decoloniais, por estarem além dos muros da teoria e da metodologia, e se propõe como uma ética, uma postura, um enfrentamento diante das opressões sofridas pelos grupos subalternizados. Considerar a infância enquanto agência, que atua, tenciona, subverte, reproduz, é apostar que reside nas crianças um conhecimento encarnado capaz de movimentar tais estruturas institucionais. No momento a incursão da pesquisadora está como observadora-participante, estando presente entre as crianças em diferentes situações cotidianas na escola, seja durante conversas entre colegas, entre professoras/es, nas brincadeiras e conflitos, momentos esses que possibilita apreensão das experiências (LARROSA, 2002) das crianças em suas relações, para além do discurso verbal, já que o foco não está nos indivíduos, mas nas relações sociais, práticas coletivas de suas interações diárias. A pesquisa poderá ainda incluir ferramentas como entrevistas; oficinas; jogos e brincadeiras, com a devida anuência da escola e das pessoas participantes, sejam elas adultas ou crianças. Inspirada nos trabalhos de Silva e Paraíso (2019) e pelas provocações de Favero (2020), Mattos e Cavalheiro (2020), este trabalho convoca fazê-lo de forma lúdica, divertida e colorida. Não apenas por ter crianças como colaboradoras, mas também para tomar a brincadeira como uma operação da agência infantil, recusando e subvertendo a racionalidade científica construída sob a égide da neutralidade, universalidade e consequentemente a sisudez da qual nós adultos estamos impregnados.

Palavras-chave: infância; gênero; sexualidade; escola.

²⁹ Citação da página 111 da tese de doutorado de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017).

³⁰ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGPS UERJ e bolsista CAPES, rayane.martuchi@gmail.com.

³¹ Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenação do DEGENEREA - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros – RJ, amanamattos@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAVERO, S. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Editora Devires, 2020.

JESUS, J. G. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. **Anais do III seminário internacional enlaçando sexualidades**. Salvador. UFBA, p. 1-14, 2013.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

MATTOS, A. R.; CAVALHEIRO, R. Da proteção à instrução: mobilizações prático-discursivas em torno da infância nos debates sobre gênero e sexualidade na educação. **Childhood & philosophy**, rio de janeiro, v. 16, p. 1-20, ago. 2020.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

SILVA, J. P. L.; PARAÍSO, M. A. Para uma cartografia de infâncias queer no currículo escolar. **Revista Educação Em Questão**, v. 57, n. 54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18585>. Acesso em: 10 set. 2021.

SOUZA, L. L.; SALGADO, R. G.; MATTOS, A. R. Infâncias, gêneros e sexualidades: implicações ético-políticas das parentalidades. **Psicologia em Estudo**, v. 27, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/58910>. Acesso em: 10 set. 2021.

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 6: POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSECCIONALIDADES, GÊNERO E SEXUALIDADE

Coordenação: Ewerton da Silva Ferreira, Tiara Cristiana Pimentel dos Santos e Eduardo Lima

Ementa: O Brasil vivenciou nas duas últimas décadas uma agenda de políticas públicas para mulheres e para população LGBTTIQAP+. Em 2004, houve aprovação do Programa Brasil sem Homofobia, em 2006 aprovação da Lei da Maria da Penha, em 2009 aprovação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e em 2015 a Lei do Femicídio. No entanto, essas políticas públicas ainda carecem de análises e avaliações que demonstrem os avanços e/ou a necessidade continuidade ou descontinuidade. O presente grupo de trabalho tem como objetivo reunir trabalhos que dialoguem com as políticas públicas, gênero e sexualidade, sobretudo aqueles que sejam marcados pela interseccionalidade.

DISCRIMINAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A EXCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ COM HIV/AIDS NO MERCADO DE TRABALHO

Frankarles Genes de Almeida e Sá³²
Francisca Gabriella Pereira Leal³³

Resumo: A Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida, também conhecida popularmente como AIDS, é uma doença ocasionada pelo vírus HIV e que se espalhou pelo mundo especialmente ao final do século XX. A AIDS é uma doença que ataca o sistema imunológico do ser humano e é adquirida pela contaminação do vírus (BRASIL, n.d.) (FERREIRA; FIGUEREDO, 2006). De acordo com a estatística de 2019 do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) bem como nos informativos mais recentes do Ministério da Saúde para dados nacionais, 37,9 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com HIV até o fim de 2018. Esses dados apontam para duas questões indispensáveis a serem analisadas. A primeira delas diz respeito à existência e à possibilidade de mecanismos sociais e governamentais que garantam o acesso ao emprego aos indivíduos com HIV/AIDS. A segunda delas é a análise das ações concretas da sociedade e das organizações para efetivar o processo de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho (FERREIRA; FIGUEREDO, 2006). A necessidade de se criar mecanismo de inserção e acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho faz parte de um processo mais amplo de inclusão social para esses indivíduos. Segundo Maria de Lúcia Aranha a ideia de inclusão se fundamenta no princípio do reconhecimento da diversidade na vida em sociedade, o que garantiria o acesso de todos e todas os/as indivíduos às oportunidades, independentemente de suas peculiaridades (BASTOS, 2014). Diante disso, é bem verdade que, os trabalhadores/as enfrentam inúmeras delimitações de discriminações, principalmente se estivermos tratando da população LGBTQIA+, principalmente pela grande errônea vinculação das duas pautas, tornando evidente como as exigências de realização do teste anti-HIV no recrutamento, o qual de modo conseqüentemente a rejeição da admissão; bem como sua dispensa por ser portador do HIV/AIDS; exclusão pelos colegas de trabalho; exclusão de capacitação entre outras formas de preconceitos existentes dentro das organizações (FERREIRA; FIGUEREDO, 2006). Desta maneira apresentamos aos leitores nesse estudo realizado, algumas reflexões sobre a compreensão do acesso dos portadores de HIV/AIDS ao mercado de trabalho e em especial ao público LGBTQIA+, como também o processo de inserção e exclusão dessas pessoas no mercado, equitativamente as discriminações sofridas no âmbito do trabalho onde estão inseridos.

Palavras-chave: LGBTQIA+; HIV/AIDS; mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Rosana Carvalho Múmic. FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. Reinservção no mercado de trabalho: barreiras e silêncio no enfrentamento da exclusão por pessoas com HIV/AIDS. **Revista Medicina**, Ribeirão Preto, v. 39, n. 4, p. 591-600, 2006.

³² Mestre em educação pela Universidade de Pernambuco – UPE, especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

³³ Graduada em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Araripina - FACISA.

FERREIRA, Rosana Carvalho Múmic. FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. SOUZA, Lícia Barcelos. Trabalho, HIV/AIDS: enfrentamento e dificuldades relatadas por mulheres. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 2, p. 259-267, 2011.

MENDONÇA, Mariana Farias. **Vínculo de trabalho informal, qualidade de sono ruim e pior bem estar subjetivo estão associados à capacidade para o trabalho entre pessoas vivendo com HIV**. 2018. 99 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Saúde Coletiva, 2018.

SANTOS, Artur Paiva dos. et al. Fatores associados à qualidade de vida de pessoas com HIV/AIDS. **Cadernos ESP - Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 13, n. 1, p. 27-36, 11 out. 2019.

UNAIDS. **Estatísticas**. Disponível em: <https://unAIDS.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 12 set. 2022.

UNAIDS. **Sumário executivo** - Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS BRASIL. 2020. Disponível em: https://unAIDS.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Exec_Sum_ARTE_2_web.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

ENTRE A UNIVERSALIZAÇÃO E A PREVENÇÃO EXISTE O DES (PreP) ARO: AS MULHERES, COMO FICAM?

Jeziel Silveira Silva³⁴

Resumo: A busca por estratégias de intervenções que têm como coluna principal prevenir a infecção do indivíduo antes ou depois de um comportamento, ou exposição de elevado risco, ganhou um papel substancial nas estratégias seguras e eficazes de reduzir o risco de transmissão do HIV. Construtivo nessa esfera são os usos e adoções da Profilaxia Pré - Exposição (PreP) e da PEP - Profilaxia Pós Exposição (UNAIDS, 2021) como métodos de prevenção, consistindo na ingestão diária de um medicamento capaz de impossibilitar com que o vírus adentre as células do sistema imunológico e enfraqueça o mesmo. Esse tipo de prevenção é profundamente propensa, aconselhada e indicada para determinados casos, como, por exemplo, casos de violência sexual, relação sexual desprotegida (com ou sem a ruptura da camisinha), acidente ocupacional que resiste no contato direto com o material biológico, entre outros conforme afirmam Carlos Carvalho & José Azevedo (2019). Ao mesmo tempo, em que determinados grupos e corpos são apontados como vulneráveis à infecção, isso concebe com que outro espectro seja criado fazendo com que os demais atores sociais que não se inserem ou se enquadrem nessa "lógica" que se apresenta de forma árdua em boletins, relatórios e campanhas, sejam vistos como intactos ou protegidos. Logo, esses corpos e sexualidades que compõem a esfera utópica de centro versus periferia na globalidade da sexualidade continuam a se apresentar e a compor escalas populacionais (imaginárias) que "ficam ilesos, imunes e distantes do contágio, contato e incidência do vírus". Apesar da sua universalização, das mudanças do perfil demográfico, geográfico, político e social, a transparência parece singular sobre a pílula azul: tá difícil de engolir!³⁵ Os novos horizontes inseridos nos princípios de igualdade e liberdade só foram possíveis de ser conquistados através da violenta e atuante militância que passou a se organizar em tornos de várias demandas a respeito de eixos como gênero, sexualidade, igualdade entre os corpos, politizando com o caminhar dos tempos novos espaços da vida social e configurando novos antagonismos sociais que antes eram impensáveis para múltiplos corpos. Contudo, as medidas direcionadas as mulheres cis ainda parecem estar sendo negligenciadas, dado ao exposto que elas ao não serem priorizadas pelas políticas de prevenção ao HIV, tornam-se vítimas de determinadas práticas, como o Stealthing (remoção não consensual do preservativo). Por fim, parece que as questões a respeito da Saúde da Mulher ainda parecem estar à deriva no que tange as discussões sobre o HIV, direcionando o olhar apenas para mulheres (profissionais do sexo, mulheres trans/travestis) que aparecem em relatórios e cartilhas. E as outras mulheres? E os demais corpos? Até quando? Ao se criar esse tipo de negligência múltiplas mulheres (e corpos) que por não serem priorizadxs tornam-se constantemente alvos de violência e silenciamento.

Palavras-chave: medidas de profilaxias; HIV; mulheres; corpos negligenciados.

³⁴ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (Minas Gerais). e-mail para contato: jezielsilveira@hotmail.com.

³⁵ A representação dessa observação pode ser vista na Revista Época (2018), na qual a capa estampava a seguinte manchete "A OUTRA PÍLULA AZUL: O novo medicamento que está fazendo os gays abandonar a segurança da camisinha". A repercussão da capa fez com que diversas organizações se manifestassem, repudiando a manchete, carregada de preconceitos, moralidade e estereótipos a respeito da comunidade LGBTQIAP+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Carlos Alberto; AZEVÊDO, José Henrique Pires. Do AZT à PrEP e à PEP: AIDS, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 246-260, 2019.

UNAIDS. O uso de profilaxia pré-exposição (PrEP) cresce, mas não rápido o suficiente.

Disponível em:

<https://unaid.org.br/2022/01/o-uso-de-prep-cresce-mas-nao-rapido-o-suficiente/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

POR UMA NOVA ECONOMIA DOS CUIDADOS E REFORMULAÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS DE GÊNERO EM TEMPOS DE CRISE

Luiza Wermelinger N. de Almeida³⁶

Resumo: O estudo busca compreender especificidades que estruturam e reproduzem determinados processos econômicos de exploração e marginalização das mulheres na sociedade contemporânea. O foco é analisar as condições de geração de renda, as dificuldades de inserção que enfrentam no mercado de trabalho brasileiro e a distribuição desigual das atividades de cuidados que atravessam os corpos feminilizados. Assim como, visa estimular o debate acerca da importância da implementação de políticas públicas mais ativas, sobretudo em tempos de crise, por meio da análise do papel desempenhado pelo Auxílio Emergencial (AE) durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19. O método utilizado divide-se em duas partes. Na primeira parte, pauta-se na pesquisa bibliográfica das críticas realizadas pela Economia Feminista junto a uma breve contextualização do cenário brasileiro na pandemia. Nesse sentido, investiga-se a divisão sexual do trabalho, inserção desigual das mulheres no mercado e na economia dos cuidados. Como marco teórico, são referenciadas, em maior destaque, as autoras Corina Rodriguez Enriquez, Brena Paula Fernandes, Silvia Federici e Lélia Gonzalez. Na parte quantitativa, o estudo propõe-se a investigar os efeitos da crise da Covid-19 no Brasil, em especial, sobre o mercado de trabalho com objetivo de verificar a importância da implementação do Auxílio Emergencial para a atenuação das mazelas acarretadas pela crise do coronavírus sob uma perspectiva de gênero e raça. Assim, tendo como base de dados principal a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, analisa-se as rendas média real habitual e efetiva por gênero e raça, a renda dos serviços domésticos, o montante repassado pelo auxílio emergencial e a relação do auxílio com os rendimentos. A escolha pela PNAD COVID-19 foi uma importante ferramenta para explorar os impactos acarretados pela pandemia, principalmente, no que tange a ter uma “proxy” do quadro geral dos efeitos sobre as diferentes composições domiciliares e suas respectivas posições socioeconômicas nesse período. Assim, a metodologia dessa parte consiste na análise de estatística descritiva, auxiliada pelos resultados empíricos encontrados em estudos e artigos relevantes relacionados ao tema. No fim, é feita uma conclusão com a síntese da discussão e do objetivo proposto neste trabalho acrescida das contribuições que a análise dos dados permitiu realizar.

Palavras-chave: economia feminista; (des)igualdade de gênero; mercado de trabalho; políticas públicas; auxílio emergencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRASCO, C. La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía. *In:* VARA, María Jesús (ed). **Estudios sobre género y economía.** Akal: Madrid, 2006.

³⁶ Graduande em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). E-mail: luizawermelinger02@gmail.com.

DIEESE. **BRASIL: A inserção das mulheres no mercado de trabalho. 3º trimestres de 2019 e de 2020.** São Paulo: DIEESE, 2020.

ENRIQUEZ, C. R. Trabajo de cuidados y trabajo asalariado: desarmando nudos de reproducción de desigualdade. **Revista THEOMAI**, Buenos Aires, n. 39, p. 78-99, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79-104, 2019.

FREITAS, R.; CUSTÓDIO, M. De Olho na Cidadania. **Ministério da Cidadania**, v. 3, 2021.

FARES, L.; MATOS, A.; OLIVEIRA, A.; CARDOSO, L.; NASSIF-PIRES, L. **As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero.** Nota de Política Econômica nº 006. MADE/USP, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 237-256, 2019.

GRANDRA, J. Covid-19, diversidade das famílias e desigualdades. *In*: **População e desenvolvimento em debate** [livro eletrônico]: impactos multidimensionais da pandemia da Covid-19 no Brasil. Campinas: São Paulo, 2021.

KERSTENETZKY, C. **O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2012.

LAWSON, M.; PARVEZ, A.; HARVEY, R.; SAROSI, D.; COFFEY C.; PIAGET, K.; THEKKUDAH, J. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** OXFAM Brasil, 2020.

NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza.** Nota de Política Econômica nº 010. MADE/USP, 2021.

NERI, M. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada,** Rio de Janeiro, FGV Social, 2020.

TEIXEIRA, M. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. *In*: Rossi, P. et al. (Eds.). **Economia para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**, cap. 13, 2018.

OLIVERA, M; VIEIRA, C; e BAETA, F. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista.** TD Instituto de Economia 021. IE/UFRJ, 2021.

ELEIÇÕES 2022: O QUE AS PROPOSTAS DE GOVERNO DOS PRESIDENCIÁVEIS APRESENTAM SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

Maurício João Vieira Filho³⁷

Resumo: O cenário das eleições de 2022 sinaliza para a urgência do processo democrático brasileiro e a busca por agirmos com foco e atenção diante das violências contra a população LGBTQIA+ orquestradas por movimentos conservadores que alçaram o governo do país nos últimos anos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender quais são as propostas de governo dos candidatos à presidência do Brasil, nas eleições de 2022, no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero. Ao todo, 12 candidatos disputam a vaga pela presidência do Brasil: Ciro Gomes (PDT), Constituinte Eymael (DC), Felipe D’Avila (Novo), Jair Bolsonaro (PL), Léo Péricles (UP), Lula (PT), Pablo Marçal (Pros), Roberto Jefferson (PTB), Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União), Vera (PSTU)³⁸. A partir de marcadores mais gerais como “LGBT”, “gênero”, “sexualidade” e “diversidade”, procedemos às buscas pelas propostas para identificar se há ou não indicações de promessas, programas e ações voltadas para fortalecimento de políticas públicas e atenção para as demandas da população LGBTQIA+. Charaudeau salienta que “a política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem (...) é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elabora o pensamento e ação políticos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 39). Nesse sentido, é válido ressaltar que as propostas de governo protocoladas à candidatura oficial no TSE constituem um guia norteador e propositivo de procedimentos e trabalhos políticos a serem executados, caso seja eleita ou eleito, que comunica às brasileiras e aos brasileiros o que podem reivindicar, cobrar e fiscalizar durante o mandato. Além disso, são materiais elaborados em conjunto com o partido político com vistas a englobar temáticas maiores de interesse da coligação na qual estão se aliando. Como esperado em razão de sua história política construída com base em moralismos, ataques às minorias e incitação ao ódio em seus discursos desde os tempos como parlamentar (VIEIRA FILHO, 2019), o projeto de reeleição de Bolsonaro não menciona em nenhum ponto nada sobre diversidade e diferença. O mesmo se dá em mais cinco propostas de presidenciais. No sentido oposto, os candidatos Felipe D’Avila, Léo Péricles, Lula, Simone Tebet, Sofia Manzano e Vera apresentam propostas que, de certa forma e em algum ponto, envolvem a comunidade LGBTQIA+ e proposições que evidenciem medidas de combate à LGBTfobia. Importante destacar que, em maior parte, são partidos de esquerda cujos motes se voltam para o combate de desigualdades. Como Renan Quinalha (2022, p. 148) compreende, “sem democracia, respeito a direitos humanos e participação social ampla não há qualquer perspectiva para fazer avançar a cidadania da população LGBTQIA+”. Logo, não há como ter diálogos ou ligações com governos autoritários e conservadores cujos empreendimentos morais e políticos se voltam ao ataque por meio de discursos de ódio e promoção da violência.

³⁷ Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Bolsista do Programa de Bolsas de Pós-Graduação (PBPG/UFJF). Juiz de Fora - Minas Gerais. E-mail: mauriciovieiraf@gmail.com.

³⁸ Todos os detalhes sobre os candidatos, o processo eleitoral e as propostas de governo estão disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2022/2040602022/BR/candidatos>. Acesso em: 19 ago. 2022.

Palavras-chave: propostas de governo; eleições 2022; presidenciais; diversidade sexual e de gênero; LGBTI+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

VIEIRA FILHO, Maurício João. **Conservadorismo acima de tudo e de todos**: análise dos discursos de posse presidencial de Jair Bolsonaro. Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier. 2019. 85 f. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação Social-Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

GRUPO DE TRABALHO E DEBATE 7: EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO: ENFRENTAMENTOS SÓCIO-JURÍDICOS PELOS DIREITOS LGBTQIA+

Coordenação: Leandro Franklin Gorsdorf, Péricles de Souza Macedo e Isabel Ceccon Iantas
Ementa: Com a insurgência de políticas conservadoras adotadas pelo Estado em suas mais diversas instâncias, em especial após as eleições de 2018, o país presencia constantes tentativas de retirar direitos da população LGBTQIA+. A ausência de políticas públicas e legislações coloca toda e qualquer conquista à mercê da ideologia eleita, abrindo o debate sobre segurança jurídica, precedentes e constitucionalização. O Poder Judiciário é provocado e enfrenta debates, posicionando-se, muitas vezes, à frente dos demais poderes, legislativo e executivo, na luta e resistência das pautas LGBTQIA+. Dessa forma, é de suma importância discorrer sobre o papel do direito no contexto de guinada institucional do neoconservadorismo.

ENTRE O (NÃO)LEGISLADO E O DECIDIDO, A INSTABILIDADE

Edson Ferreira Alexandrino Junior³⁹

Resumo: Considerando as contradições existentes entre o discurso e a prática dos direitos humanos, especialmente quando tratadas as questões de sexualidade e gênero, necessário que sejam analisados os reflexos do avanço neoconservador na contemporaneidade, em especial sobre o processo legislativo brasileiro, vedando qualquer possibilidade de serem promulgadas leis que versem sobre a garantia de direitos para pessoas LGBTQIA+, transferindo ao Judiciário o encargo de solucionar demandas sociais, através de analogias, equiparações e interpretações extensivas sobre dispositivos legais já existentes, buscando resguardar, minimamente, os direitos e a integridade das pessoas LGBTQIA+. Este trabalho busca, através de pesquisa qualitativa, da análise bibliográfica e da reflexão crítica, compreender como uma composição social baseada na exploração da mão de obra, nos atos de fé e na defesa à pátria, contribuíram para uma estagnação legislativa, inclusive por parte dos partidos de esquerda, quando tratadas as questões de sexualidade e gênero. E, como são arriscadas as investidas do Judiciário no campo legislativo, seja pela ingerência entre os poderes, seja pela fragilidade de suas decisões, analisando assim, quais são os possíveis caminhos (se é que existem) para ultrapassar as barreiras criadas entre os "homens de bem" e o reconhecimento dos direitos referentes à sexualidade e ao gênero das pessoas LGBTQIA+.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; neoconservadorismo; legislação; judiciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26**. Exposição e sujeição dos homossexuais, transgêneros e demais integrantes da comunidade LGBTI+ a graves ofensas aos seus direitos fundamentais em decorrência de superação irrazoável do lapso temporal necessário à implementação dos mandamentos constitucionais de criminalização instituídos pelo texto constitucional (CF, ART. 5º, INCISOS XLI E XLII). Requerente: Cidadania (Atual Denominação Do Partido Popular Socialista – PPS). Rel. Min. Celso de Mello. Em 13 de junho de 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática o ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CANOTILHO, J.J.G. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Livraria Almeida. 1993.

MARX, K.. **Sobre o suicídio**. Tradução Rubens Enderle; Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

³⁹ Mestrando do Programa Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. E-mail: edsonalexandrino@estudante.ufscar.br.

MARX, K.. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Supervisão Editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Carvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, K.. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélcio Schneider; Daniel Bensaïd; Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, K.. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélcio Schneider; Daniel Bensaïd; Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, G.F. Curso de direito constitucional. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS. B.S. **Se deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

VAGGIONE, J.M. Restauração Legal: O Neoconservadorismo e o direito na América Latina. *In*: BIROLI, F. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2010.

O ABANDONO AFETIVO DE PESSOAS LGBTQIANP+ E A REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

Caio Cesar Martins Frazão⁴⁰

Resumo: A Constituição Federal de 1988 em seu art. 227, assegura aos filhos o resguardo de direitos, sendo dever dos pais poupá-los de situações não favoráveis ao seu desenvolvimento. O abandono afetivo, por sua vez, é contrário ao que diz o dispositivo, uma vez que além de expor seus filhos a situações desagradáveis, há também a omissão de cuidados, de criação, educação, companhia e assistência, que está ligado diretamente à violação dos preceitos estabelecidos na Constituição. No Brasil, onde a maioria é cristã, muitos pais usam da religião como forma de promover o discurso discriminatório às orientações sexuais e identidades de gênero, usando tal argumento para justificar o abandono afetivo de pessoas LGBTQIANP+. No ano de 2011, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal elaborou um relatório sobre violência homofóbica no Brasil, e mostrou que as agressões cometidas contra a comunidade LGBTQIANP+ eram praticadas em sua maioria por familiares (38%), e normalmente dentro de suas próprias residências (42%). Contudo, tais condutas, nos moldes legais e atuais se configuram como crime contra a dignidade humana. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar de qual forma o abandono afetivo vulnerabiliza a população LGBTQIANP+ e sua possível reparação civil com fundamento na violação da dignidade humana. Apesar da ampliação do conceito de família, resultado da promulgação da Constituição, ainda existe certa expectativa sobre o gênero e orientação sexual dos filhos na vida adulta, porém essas expectativas criadas pelos pais acabam sendo frustradas por não serem atendidas, como consequência disso ocorre o abandono afetivo, muitas vezes influenciado pelos padrões sociais criados pelo machismo. Aqui, é importante destacar que a orientação sexual é um direito personalíssimo, ligado diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana por ser um direito da personalidade. Os impactos desse abandono por gênero ou orientação sexual são inúmeros, atingindo diretamente o ramo da responsabilidade civil, uma vez que há violação de direitos fundamentais, permitindo ao abandonado(a) a busca da reparação pelo dano no judiciários, sendo que as ações que versam sobre o abandono afetivo são fundamentadas no art. 1634 do CC, art. 22 do ECA. A decisão do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº. 1.159.242-SP, pela primeira vez, reconheceu que a ausência de afeto gera dano e que este deve ser indenizado por danos morais. Nesse sentido, os danos morais que segundo Carvalho (2017) que resultam de uma agressão aos direitos da personalidade que interfere psicologicamente na vítima, configuram-se como uma ferramenta de reparação ao abandono afetivo, passível de indenização. Claro que também se faz necessário uma análise do caso concreto, com o intuito de aplicar o princípio da solidariedade social ou familiar. Por fim, os desafios que a comunidade LGBTQIANP+ são imensos, entretanto, nas relações familiares, tendo em vista todas as normas protetoras da dignidade humana o abandono afetivo e o descaso familiar devem ser punidos de forma imediata, e os danos resultantes destas condutas devidamente indenizados.

Palavras-chave: dignidade humana; direitos fundamentais; relações familiares.

⁴⁰ Bacharel em Direito, e especialista em Direito e Processo do Trabalho. Belém-Pa, E-mail: caio13frazao@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Dimas Messias. **Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

GUERRA, Marcela Gorete Rosa Maia; ROCHA, Francielle Lopes. Do abandono afetivo em razão da orientação sexual: do exercício de uma paternidade irresponsável. *In: Direito da família*, v.1 , p. 365-387, 2013.

NOGUEIRA, Wesley. Princípio da proteção integral da criança e do adolescente. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/sessao/encerrada?next_url=https%253A%252F%252Fwgomes92.jusbrasil.com.br%252Fartigos%252F140564425%252Fprincipio-da-protacao-integral-da-crianca-e-do-adolescente. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

A UTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE FEMININA

Gleisson Roger de Paula Coêlho⁴¹

Resumo: Este artigo pretende iniciar um debate sobre a construção da homoparentalidade feminina com o auxílio da reprodução assistida, haja vista que o Censo Demográfico realizado no Brasil em 2010 registrou que 60.000 famílias eram formadas por pares do mesmo sexo, correspondendo à época, a 0,1% do total de residências. No entanto, mesmo que nem todas as mulheres em conjugalidade ou não queiram ter filhos e independente da orientação sexual, aquelas que almejam a maternidade podem devido a esterilidade, ou qualquer outro problema físico, psiquiátrico ter que recorrer as técnicas da reprodução assistida. E enquanto na Argentina existe a Ley 26.994/2014 que trata da filiação mediante as técnicas de reprodução assistida, no Brasil não existe uma legislação específica, servindo a Constituição Federal, a Resolução nº 2.294/2021 do Conselho Federal de Medicina, o Provimento 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça, a Portaria nº 426/GM de 22 de março de 2015, como norte para a utilização de tais técnicas. Assim a gestação compartilhada, situação em que o embrião obtido a partir da fecundação do óvulo de uma das companheiras/cônjuges é transferido para o útero da outra, surge como possibilidade para realizar o sonho de ser mãe. Conclui-se que a orientação sexual em que é um direito personalíssimo e fundamental, não deve servir de obstáculo para a concretização da maternidade. Por fim, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e exploratória a partir do método dedutivo de abordagem.

Palavras-chave: filiação; gestação compartilhada; homoparentalidade feminina; homossexualidade feminina; reprodução assistida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jun. 2022.

COÊLHO, Gleisson Roger de Paula. Homoparentalidade Masculina e o Direito Humano a construir uma família. In: IRINEU, Bruna Andrade; LOPES, Moisés Alessandro; ROCON, Pablo Cardozo; SILVA, Marcos Aurélio da; NASCIMENTO, Marcio Alessandro Neman do; Marco José Duarte; JESUS, Danie Marcelo de; JESUS, Jaqueline Gomes de; RODRIGUES, Gabriel de Oliveira. (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande/PB: Realize Editora, 2021, v. 01, p. 1967-1976. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/75218>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2019.

⁴¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso, Integrante do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus/UFMT), Cuiabá/MT, gleissoncoelho@hotmail.com.

ACESSO À JUSTIÇA DA POPULAÇÃO LGBTI+: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DEFENSORIA PÚBLICA

Kassia Hellen Martins⁴²

Olivia Pessoa⁴³

Luciana Silva Garcia⁴⁴

Resumo: O acesso à justiça é colocado e percebido como movimentação de Direitos Humanos. A esse respeito Galanter (2015) informa que o acesso à justiça se movimenta a partir de injustiças, pois esse diz respeito a um movimento inclusivo, que caminha para a inclusão de problemas de sociais que, anteriormente, tinham pouca ou nenhuma importância no poder judiciário como, por exemplo, às violações de direitos da população LGBTQIA+. Para Paschoal (2022), pensar no acesso à justiça é considerar aspectos como a raça, gênero e classe social. Na hipótese de ignorar esses aspectos, uma nova forma de desigualdade pode ser aprofundada no sistema de justiça. Objetivando diagnosticar o acesso à justiça da comunidade LGBTQIA+, sobretudo em âmbito defensorial, a pesquisa buscou, por meio de entrevistas com defensoras e defensores públicos, identificar a percepção da Defensoria Pública na atuação de casos envolvendo violências contra a comunidade LGBTQIA+, bem como levantar informações para subsidiar implementação de políticas públicas para a população específica e apontar infraestrutura necessária à prevenção de risco das pessoas LGBTQIA+. Foram realizadas entrevistas com atrizes e atores defensoriais de todas as regiões brasileiras, tendo como quantitativo 12 defensoras(es), 02 assessoras(es) e 01 ouvidora geral externa, onde foi possível captar a importância da Defensoria Pública na promoção e garantia dos Direitos Humanos, sobretudo da população LGBTQIA+, bem como os maiores entraves enfrentados pela instituição. Além disso, percebeu-se que há grande diferença na atuação das Defensorias de acordo com a posição geográfica de onde se encontram. Ainda importa destacar que embora em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela criminalização da LGBTfobia, com a aplicação da Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989), foi unânime a informação de que desde então, nenhum caso sobre o tema foi levado à Defensoria Pública, nem mesmo relatado por delegacias parceiras. Por sua vez, a subnotificação se mostra evidente. Outrossim, contatou-se diversas dificuldades para a realização da retificação de nome e gênero, sobretudo devido o Provimento nº 73, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não prever condições claras sobre a gratuidade do ato, assim como sobre os cartórios não possuírem respeito no que se refere ao atendimento às pessoas transexuais e não binárias e ao rol de documentos, bem como a falta de uniformização do processo de retificação entre os estados. Assim, se para Pier Paolo Pasolini, o tabu da homossexualidade é um dos mais sólidos ferrolhos morais, que seja a Defensoria a instituição que se aproxima da população para romper tabus institucionais e promover ações educativas que possam romper tabus perante a sociedade.

Palavras-chave: LGBTI+; acesso à justiça; defensoria pública; direitos humanos; LGBTfobia.

⁴² Acadêmica de Direitos pela Universidade Positivo, Curitiba-Paraná, e-mail: kasshe11en@icloud.com.

⁴³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professora na Universidade Positivo, Curitiba-Paraná, e-mail: olivia.pessoa@gmail.com.

⁴⁴ Doutora em Direito pela UnB, Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Advogada de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADO 26. Relator: ministro Celso de Mello, 2019.

COSTA, B. M., & LIMA, M. L. C.. Mapeamento de políticas públicas destinadas a pessoas LGBT: algumas conquistas e muitos desafios. **Revista Periódicus**, v. 3, n. 16, p. 121–132, 2021.

COSTA, Ramon; SILVA, Denis. A união homoafetiva e o papel da Defensoria Pública no reconhecimento da pluralidade no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro *In: HANSEN et. al. Jornadas Sobre Ética, Justiça E Gestão Institucional*. vol. 4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Niterói, 2019.

FAUSTINO, Marcella Raphaella. **Democratização do acesso à justiça**: um estudo sobre a atuação extrajudicial das Defensorias Públicas. 2020. 212 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2020.

FRASER N.. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos De Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14-15, 231-239, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MARTINS, Alexandre. **Para além da racionalidade criminalizante**: por um abolicionismo penal queer. V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. São Paulo: USP, 2021.

VALE E SILVA, J., DE CARVALHO, Mesquita Ayres, J. R.. Potenciais contribuições da teoria da Luta por Reconhecimento, de Axel Honneth, para o desenvolvimento de reflexões críticas e pesquisas empíricas sobre as práticas de saúde. **RevSALUS - Revista Científica Internacional Da Rede Académica Das Ciências Da Saúde Da Lusofonia**, v. 3, n. 1, p. 56–60, 2021.